

Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas

3.1

Relatório regional

Belém



Equipe

Elaboração do relatório

Lúcia Isabel da Conceição Silva e Rosely Risuenho Viana

Coordenação local

Instituto Universidade Popular/Unipop

Diretora geral

Aldalice Otterloo

Supervisão regional

Lúcia Isabel da Conceição Silva

Pesquisador(a)

Rosely Risuenho
Francisca Guiomar Cruz da Silva

Assistentes bolsistas

Bruno Nazareno Ribeiro da Silva
Luciene Andrade de Moraes
Sarah Danielle Baía da Silva
Raimundo Jairo Barroso Cardoso

Projeção multimídia e transcrição de fitas

Jovanilde Pinto

Apoio administrativo

Flaviana Barroso

Gravação de áudio

Antônio de Oliveira Sarmento

Sumário

- 1 – Apresentação
- 2 – Dados gerais da Região Metropolitana da Belém (RMB)
- 3 – Caracterização geral dos(as) jovens pesquisados
 - 3.1 Perfil geral da pesquisa
 - 3.2 Perfil por Grupos de Diálogo
 - 3.3 A Participação nos diferentes Grupos de Diálogo
 - 3.3.1. Características e diferenciações de gênero, escolaridade e outras.
- 4 – A metodologia dos Grupos de Diálogo na RMB: concepções, percursos e análises
- 5 – A questão da participação: possibilidades e limites para os(as) jovens da RMB
 - 5.1 Condições concretas de vida e possibilidades de participação
 - 5.1.1 Sobre os comentários iniciais
 - 5.1.2 Semelhanças e diferenças na plenária da manhã
 - 5.2 Mecanismos e espaços sociais de participação
 - 5.3 Motivações para a participação: Caminhos e condições
 - 5.3.1 Semelhanças e diferenças na plenária da tarde
 - 5.3.2 Caminhos participativos: argumentações, resistências e adesões
 - 5.3.3 Comentários finais
- 6 – Conclusões
- 7 – Bibliografia
- 8 – Anexos

1. Apresentação

A pesquisa nacional *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* teve como objetivo uma descrição abrangente sobre as formas e sentidos da participação dos(as) jovens de 15 a 24 anos como forma de compreender e contribuir com as discussões sobre o papel desse segmento etário no processo de consolidação da democracia brasileira.

A coordenação nacional da pesquisa foi do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas (Pólis), contando conta com uma rede de entidades parceiras nas coordenações locais.

Realizada no período de setembro de 2004 a abril de 2005, a pesquisa, na Região Metropolitana de Belém (RMB), foi coordenada pelo Instituto Universidade Popular – Unipop, uma organização não-governamental de educação popular, fundada oficialmente em 27/10/87, por um conjunto de entidades dos movimentos sociais e religiosos. A Unipop tem como objetivo principal a formação de lideranças comunitárias, sindicais, religiosas, e jovens, em uma iniciativa de educação para a cidadania, articulando nesse processo as áreas temáticas de política e democracia, ecumenismo, arte-educação e teatro popular, políticas públicas e desenvolvimento regional, gestão participativa e formação em metodologias de ensino nas escolas públicas.

A pesquisa realizou-se em duas etapas, sendo a primeira uma **pesquisa de opinião** com uma amostra de 600 jovens na RMB e a segunda constando de **quatro Grupos de Diálogos**¹, envolvendo um total de 98 jovens.

Este relatório apresenta, de modo articulado, as análises e discussões dos resultados das duas etapas da pesquisa, apresentando um perfil geral dos(as) jovens pesquisados(as), as formas pelas quais têm participado da cena pública, as dificuldades reveladas e as principais questões e preocupações sobre a conjuntura brasileira, bem como as formas e as potencialidades de participação apontadas pelos(as) jovens da RMB.

¹ O formato original da pesquisa previu a realização de cinco Grupos de Diálogo em cada Região Metropolitana. Na RMB, esse formato foi alterado em função do não comparecimento do número mínimo de jovens (15 jovens) a um dos Grupos.

2. Dados gerais da Região Metropolitana de Belém

A RMB é formada por cinco municípios: Belém, a capital do estado e o maior dos municípios, sendo formado por uma área central e uma grande região de ilhas; Ananindeua, o segundo maior, tendo sido durante muito tempo considerada uma “cidade dormitório”, mas que passou por um intenso processo de urbanização e crescimento econômico e populacional, abrigando atualmente grande parte do setor industrial da RMB; Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, os três menores municípios, com características mais rurais. Apesar das peculiaridades, os cinco municípios guardam muitas semelhanças entre si, talvez em função da proximidade sociogeográfica.

A população da RMB é de 1.795.536 habitantes, desigualmente distribuída entre os cinco municípios: 71,32% (1.280.614 habitantes) da população estão no município de Belém enquanto o menor dos municípios, Santa Bárbara possui apenas 0,63% da população total da Região Metropolitana (11.378 habitantes). Há também diferenças em termos de ocupação econômica da população e também de acesso e disponibilização de equipamentos e serviços públicos (Ensino Superior, por exemplo, é restrito a Belém, assim como museus, teatros e bibliotecas).

Talvez um diferencial da RMB em relação às demais Regiões do país esteja no agravamento na população juvenil em termos de vivência dos direitos sociais básicos e da qualidade de atenção aos(às) jovens.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB), o processo de periferização ainda é a principal forma de expansão do tecido urbano, ou seja, há forte segregação socioespacial das frações populacionais de baixa renda no espaço urbano, independentemente da localização (próxima ou distante) em relação ao núcleo central da cidade.

Um dos principais problemas da RMB está relacionado ao crônico “inchaço” das periferias, que é agravado, sobretudo, nas áreas das *baixadas* (partes da área urbana correspondente ao nível da planície, constantemente alagadas e sujeitas a inundações durante as épocas mais chuvosas do ano), cuja ocupação representa não apenas uma solução de emergência para moradia como também uma estratégia de sobrevivência na grande cidade. Essa realidade detona um colapso dos já deficitários serviços e equipamentos urbanos com o prejuízo dos direitos sociais básicos e da qualidade de atenção à população.

Essa rápida contextualização, embora acentue aspectos verdadeiramente alarmantes em torno da pauperização da população da Região Metropolitana de Belém e do Estado do Pará, não é, contudo, desanimadora. É possível ainda pensar que os aspectos da exclusão podem, de forma contraditória, motivar ações coletivas de busca de alternativas e superação dos problemas. Daí é que a necessidade de reorientação das políticas de desenvolvimento para a Amazônia vem há muito sendo colocada na pauta dos movimentos sociais da região, no sentido de reconhecer sua

diversidade natural e social, garantir a qualidade de vida de suas populações e o manejo sustentável de seus recursos. As discussões passam pela defesa de um novo modelo de desenvolvimento que possa ser construído pelos diversos atores sociais, políticos e setores produtivos, através de um processo de participação e controle social, processo no qual, a juventude tem (e deve ter) papel importante.

3. Caracterização geral dos(as) jovens pesquisados(as)

3.1 Perfil geral da pesquisa

Resguardadas as diferenças numéricas, o perfil dos(as) jovens nas duas etapas da pesquisa é bastante semelhante: maioria da faixa etária de 18 a 24 anos; maior participação das classes C/D/E; escolaridade predominante de níveis Fundamental e Médio incompleto; maioria fora do mercado de trabalho, embora o relato seja de procura de trabalho.

PESQUISA DE OPINIÃO

Amostra: 600 jovens (181 – 15 a 17 anos; 184 – 18 a 20 anos; 235 – 21 a 24 anos).

Gênero: 50,2 % feminino; 49,8 % masculino.

Classes: D/E – 34,2%; C – 33,0%; A/B – 16,2%.

Cor/raça: 50,75 pardos(as); 12,7% pretos(as); 26,2% brancos(as); 7,8% amarelos(as); 1,8% indígenas.

Escolaridade: 33,5% - Fundamental incompleto; 43,8% – E. Médio incompleto; 22,7% E. Médio completo e mais; 42,5% não estudam.

Trabalho: 74,8% não trabalham; 51,2% estão procurando trabalho.

GRUPOS DE DIÁLOGO

Amostra: 98 jovens (37 – 15 a 17 anos; 61 – 18 a 24 anos).

Gênero: 47% feminino; 53% masculino.

Classe: C/D/E – 88%; A/B – 12%.

Escolaridade: 7,1 – até 4ª série; 40,8% até 8ª série; 45,9% E. Médio; 5,1 % E. Superior.

Trabalho: 63,23% não trabalham.

Esses dados são relevantes na medida em que se acredita que as condições financeiras das famílias determinam a situação social e material dos(as) jovens, rebatendo direta e negativamente no processo de escolarização, socialização, formação para o trabalho, de construção de identidade cultural, pertencimento de classe e participação política. Os baixos níveis de escolaridade dos(as) jovens e a exclusão do mercado de trabalho são aspectos que evidenciam a exclusão e que, além de apontar para a questão das singularidades regionais já referidas, apontam também para a possibilidade das pressões silenciosas por políticas e serviços e ainda para as possibilidades concretas ou a “motivação para” ações individuais e coletivas de participação social, uma vez que o empobrecimento sucessivo e a vulnerabilidade financeira fazem da sobrevivência o foco de interesse prioritário.

3.2 Perfil por Grupos de Diálogo

Na RMB, os Grupos de Diálogo foram realizados na seguinte ordem: GD1: Grupo com experiência participativa reunindo jovens 20 jovens de 15 a 24; GD2: não realizado; GD3: 23 jovens de 15 a 17 anos; GD4: 30 jovens de 15 a 24 anos; GD5: 25 jovens de 18 a 24 anos. O perfil por idade, classe e sexo está demonstrado na tabela:

Tabela 1: GDs realizados por perfil						
GD	Idade		Sexo		Classe	
	15 / 17	18 / 24	M	F	A/B	C/D/E
01	06	14	10	10	02	18
02*	---	---	---	---	---	---
03	23	---	14	09	03	20
04	08	22	15	15	05	25
05	---	25	13	12	02	23
Total	37 (38%)	61 (62%)	52 (53%)	46 (47%)	12 (12%)	86 (88%)

*os(as) jovens do GD2 não foram contabilizados(as), uma vez que esse Grupo não se realizou e os(as) jovens foram reconvocados(as) e compareceram no GD4.

3.3 A participação nos diferentes Grupos

Ao todo, foram convocados(as) 332 jovens para os Grupos, sendo que efetivamente compareceram 98 jovens (adesão de aproximadamente 35%). Nesse aspecto, chama especial atenção na RMB a baixa adesão dos(as) jovens das classes A/B ao convite para os Grupos. Estes(as) demonstravam pouco interesse nos contatos telefônicos, faziam poucas perguntas sobre o trabalho em si, não davam os retornos prometidos ou recusavam os convites. A atividade do Grupo de Diálogo, em geral, competia com uma diversidade de outras atividades deles(as). Assim, esses(as) jovens sempre justificavam a impossibilidade de comparecer ao Grupo em função de aulas no cursinho, língua estrangeira, viagem no final de semana, prova na faculdade. Acresce a isso o fato de grande parte dos(as) jovens de classe A/B não serem contatados(as) em função de endereço incorreto ou incompleto, ou números de telefones inexistentes.

Já os(as) jovens de classe C/D/E eram mais responsivos(as) com uma demonstração maior de interesse. Houve vibrações explícitas com o convite e muitas demonstrações de empenho em “dar um jeito” de ir: trocar horário de trabalho com o(a) colega, conseguir alguém para ficar com o(a) filho(a) ou com a mãe doente, faltar aula na escola. Estes(as) faziam mais perguntas, em geral havia a necessidade de que contatos e informações fossem dados a outros(as) familiares [pais, mães, tios(as), irmãos(ãs) mais velhos(as), avós]. Afirmavam estarem interessados(as) e, na maioria das vezes, justificavam com pesar a não possibilidade de comparecer.

A ajuda de custo não aparece entre as justificativas para participar dos GDs. Ao contrário, o tema da pesquisa despertou muito interesse nesses(as) jovens e seus(suas) familiares, houve também expectativas explícitas de que a atividade pudesse contribuir com o desempenho na escola ou com acúmulo de informações e aprendizagem. No que, segundo os(as) próprios(as) jovens participantes, eles(as) estavam corretos(as), já que a avaliação foi de que aprenderam muito durante o dia.

Essas atitudes encontram-se em concordância com os dados da pesquisa de opinião, confirmando que, nessas classes, as oportunidades de participação são escassas, o que influencia na valorização da oportunidade de participação na pesquisa, fazendo com que a encarassem como forma de enriquecimento pessoal.

Uma vez nos Grupos, os(as) jovens aderiram de pronto aos apelos da metodologia. Chamou a atenção o ar de seriedade ou mesmo de gravidade nas falas dos(as) jovens que, desde o momento inicial, pareciam assumir com responsabilidade a tarefa para a qual foram convocados(as). Pouquíssimos(as), aliás, tiveram uma conduta dispersiva ou de mero cumprimento do que era solicitado, sem grandes envolvimento durante as atividades do Dia de Diálogo.

De maneira geral, a participação nos Grupos foi muito boa, ficando muito nítida a sensação de que os(as) jovens tinham muito a dizer e efetivamente disseram, em todos os Grupos. Os Diálogos em plenárias pelas manhãs foram mais participativos(as) em relação às plenárias da tarde.

O Grupo com experiência prévia de participação, entretanto, teve um desempenho destacado. Mostrou-se um Grupo bastante descontraído desde o início e, já no café da manhã, configuraram-se subgrupos de afinidade. Demonstraram muita ansiedade para começar a falar, o que foi enunciado por uma das jovens com a pergunta, após o preenchimento da ficha inicial: *“Quando nós vamos falar?”*, referindo-se às questões apresentadas na agenda do Dia.

Esse Grupo também foi muito ágil e organizado nos trabalhos em subgrupos, demonstrando entendimento das tarefas e as cumprindo com habilidade. Os subgrupos, em geral, trabalharam com mais de um(a) relator(a). Apresentaram maior dificuldade de absorção da metodologia durante a plenária da tarde, na qual, em alguns momentos, chegaram a estabelecer uma pequena disputa de posições em relação ao voluntariado e ao engajamento político.

A experiência de participação predominante no Grupo foi a religiosa, seja da Igreja Católica ou das Igrejas Evangélicas, e em geral significava o envolvimento em atividades voluntárias. Esse dado concorda com os dados da pesquisa de opinião, os quais revelaram ser as atividades religiosas preponderantes (36,1%), dentre os grupos dos(as) jovens. O Diálogo, portanto, deu-se efetivamente em torno da experiência dos(as) jovens e de alguma forma, influenciou a opção pelos Caminhos.

Quanto ao conteúdo das falas, este não diferiu em grande medida das falas dos demais Grupos. Uma diferença significativa foi uma certa veemência no discurso. Neste Grupo, os(as) jovens pareciam saber mais do lugar de onde falam, com um discurso mais elaborado e com conhecimento de causa, não apenas dos problemas em si (que foi a tônica das plenárias da manhã), mas dos seus determinantes e do que poderia ser feito para superá-los.

Nas plenárias da tarde, em especial, este Grupo foi o que mais se destacou na argumentação das escolhas dos Caminhos e na identificação das conseqüências. Por já terem a experiência de participação, os(as) jovens neste Grupo conseguem dizer mais da importância destas, ainda que falem mais da importância em nível pessoal e menos nos resultados efetivos na superação dos problemas ou na consolidação da democracia, este sim um conceito bem distante para eles(as).

Em todos os GDs, os(as) jovens das classes A/B, (significativamente a minoria) tiveram participação pouco expressiva, falaram pouco e sem um comportamento diferenciado que evidenciassem diferenças de classe. Não houve maior identificação entre eles(as) e os(as) demais jovens, entretanto, também não houve hostilidade ou atitudes de rejeição. As diferenças ficaram mais evidentes nos momentos de descontração, pois enquanto a quase totalidade do Grupo se juntava para cantar e conversar sobre músicas e novelas, os(as) jovens das classes A/B ficavam distantes, afirmando não gostarem daqueles tipos de música.

O GD3 (15 a 17 anos) apresentou dificuldade na condução das tarefas de subgrupos. No geral, foram subgrupos bastante dispersos, e as apresentações em plenárias mais confusas. O destaque foi uma jovem da Igreja Assembléia de Deus que, a todo momento se pronunciava com um discurso bastante consistente e eloqüente. A plenária da tarde foi a mais cansativa, na qual os(as) jovens demonstraram muita dificuldade em expressar suas idéias e argumentar sobre as escolhas feitas. Este Grupo demandou muita atenção das facilitadoras nos subgrupos e, ainda assim, um deles claramente não entendeu a tarefa da tarde, não conseguindo apresentar a escolha de um Caminho, mas repetindo as discussões travadas pela manhã.

O GD5 (18 a 24 anos) demonstrou encarar a atividade de forma diferenciada dos outros, pois os(as) jovens faziam muitas anotações do que estava sendo falado e do que era escrito nos *flipcharts*. Na plenária da manhã, se detiveram muito nas questões referentes à educação. Na plenária da tarde já não demonstraram tanto vigor nas intervenções, pois consideraram que a questão proposta pela manhã, segundo a fala deles(as), “*movimentava mais*”.

Neste Grupo também a equipe já demonstrava nítidos sinais de exaustão, em compensação também a afinação entre os membros e destes com a metodologia já era total, o que foi evidenciado na forma de condução dos trabalhos.

3.3.1 Características e diferenças de gênero, escolaridade e outras

Os quatro GDs tiveram uma presença equilibrada do ponto de vista de gênero; contudo, no tocante à participação, as mulheres revelaram comportamento mais falante e participativo, assumindo a liderança nos pequenos Grupos, nas relatorias e nos momentos das plenárias.

Quanto à escolaridade, apesar da diversidade [desde jovens analfabetos(as) até estudantes universitários(as)], este item não se mostrou relevante para o nível de participação

dos(as) jovens. Os(as) de menor escolaridade, na maioria dos casos, se mostravam mais dispostos(as) a expor suas opiniões, enquanto os(as) de nível superior, no geral, foram os(as) menos “falantes”, embora sempre tenham expressado contentamento em participar da pesquisa. Essa aparente contradição parece reveladora de uma certa “incapacidade” dos(as) jovens mais escolarizados(as) em dialogar com os(as) demais (sempre a maioria em todos os GDs), que dominavam a cena com um jeito mais espontâneo e simples de apresentarem suas idéias.

4. A metodologia dos Grupos de Diálogo na RMB: concepções, percursos e análises

Um aspecto importante das chamadas “abordagens qualitativas de pesquisa” está não em negar a validade dos dados ou procedimentos de coleta das abordagens quantitativas e nem em contrapor-se a eles. Na pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia*, uma distinção fundamental, com a clareza de que não é possível atribuir à pesquisa qualitativa o monopólio da interpretação, é a possibilidade de investigação não apenas de dados (sobre educação, trabalho etc.), mas também das representações, dos valores, das crenças, em outras palavras, uma outra forma de se chegar à compreensão das questões sobre juventude e participação. Essa distinção esteve, desde o início, colocada no desenho da pesquisa e foi exatamente com essa perspectiva que a concepção dos Grupos de Diálogo foi tomada como abordagem complementar (nem menos nem mais importante) à pesquisa de opinião.

A idéia dos Grupos de Diálogo, desde os primeiros encontros com a equipe central da pesquisa, seduziu a equipe do Instituto Universidade Popular – Unipop, uma ONG de educação popular, da qual o diálogo e o pluralismo de idéias são princípios estratégicos. Longe de parecer uma adesão irrefletida a uma metodologia “importada”, foi o desejo de experimentar ou mesmo inaugurar na região esse novo formato de trabalho com jovens, que venceu as resistências ou preocupações iniciais quanto à quantidade de atividades e o tempo disponível, se a metodologia era de fato adequada para corresponder aos objetivos da pesquisa e gerar os dados esperados, ou ainda quanto à experiência da equipe, que no caso, além da docência, era predominantemente com modelos focais de pesquisa qualitativa ou com o acompanhamento e formação de grupos de jovens no corpo a corpo institucional dos movimentos sociais (partidos, entidades, organizações, universidade).

A partir da realização do primeiro Grupo, quando a metodologia de fato entrou em ação e os(as) jovens efetivamente falaram, a equipe constatou a enorme possibilidade de produzir dados em torno dos valores que orientam as escolhas dos Caminhos Participativos propostos ou da construção de uma trilha alternativa, e principalmente da direção em que se movimentam e prontidão para se engajar nos processos democrático-políticos. Após o encerramento do último Grupo, “tornar fácil”, o significado literal de facilitar, havia se transformado em uma habilidade. Mas facilitar o quê? A possibilidade de os(as) jovens reconhecerem em si um pensamento que não sabiam ter e suscitar, no outro, possibilidades que eles(as) não sabiam que existiam.

Da mesma maneira que para os(as) jovens participantes dos Grupos, para a equipe de facilitação o principal desafio foi o aprender a lidar com o outro, não manipulá-lo, renunciar do ímpeto da formação e, ao mesmo tempo, organizar, esclarecer e problematizar, ampliando ao máximo as discussões.

Dessa forma, a concepção de Diálogo subjacente à abordagem investigativa proposta, cujo princípio é o estabelecimento do Diálogo (com o perdão da redundância) num processo no qual cada participante possa não apenas expressar opiniões e valores, mas refleti-los profundamente a partir e na interação com opiniões e valores dos(as) demais, pôde ser concretizada, não apenas para os(as) participantes dos Grupos, mas também para a equipe de facilitadoras da RMB.

Um desafio inicial foi a adaptação da idéia original da metodologia, principalmente das experiências de Diálogos sobre estratégias de orçamento ou o pacto social no Canadá para a realidade da conjuntura e da temática da pesquisa no Brasil. No enfrentamento desse desafio, foram fundamentais as interlocuções com a própria experiência canadense, via consultoras, além do acúmulo e das trocas com as equipes que constituíram a rede de parceiros.

A centralidade do fortalecimento da democracia como pressuposto tanto do desenho da metodologia quanto do objetivo da pesquisa brasileira (aqui referida) tornou esse enfrentamento, senão mais fácil, essencialmente mais instigante e quem sabe, mais fecundo. O fato de que *“a democracia depende de que os cidadãos façam escolhas a respeito de como lidar com os problemas e com as oportunidades de suas comunidades”* (MACKNNON e TASCHEREAU. texto mimeo: *workshop* Diálogo com a juventude brasileira. Agosto 2004) acaba por se constituir na porta de entrada para a proposição do Diálogo com a juventude brasileira empreendido nesta pesquisa.

O que a pesquisa (a realização dos Grupos de Diálogo) possibilitou foi exatamente um grande espaço político de “diálogo” sobre o que a juventude (parte dela) vivencia e pensa em termos de suas próprias condições de existência, de sua inserção na vida pública e nos rumos da democracia no país.

Os Grupos de Diálogo na RMB permitiram aos(às) jovens não simplesmente expressar pontos de vista sobre democracia e participação, mas fundamentalmente interagir com os pontos de vista de outros(as), numa experiência que, para muitos(as) deles(as), foi inédita. Uma interação que permite uma “reflexão profunda”, perceber e confrontar tensões e polêmicas e procurar neles(as) mesmos(as) *“e nas outras pessoas opiniões e atitudes que possam ser mudadas”*, para fazer referência a um dos mais significativos “compromissos do Diálogo”. Para os(as) jovens, segundo eles(as) mesmos(as), foi um momento de colocar as opiniões em diálogo e descobrir formas de aprender com ele. Nesse aspecto se concretiza o duplo caráter de formação e investigação da metodologia.

Outra distinção significativa também para os(as) jovens, mas essencialmente para o(a) “pesquisador(a)” é a possibilidade de apropriação não somente de uma técnica de coleta de dados, mas da metodologia como parte da construção da própria questão da pesquisa e do próprio processo de compreensão dela.

Trata-se, portanto, de uma reconstrução da relação pesquisador(a)-pesquisado(a). Aliás, essa é uma dimensão que se esfuma nos diversos momentos do Dia de Diálogo: não se trata de

pesquisador(a)-pesquisado(a), mas de co-participantes, no sentido de reconhecimento dos(as) jovens como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, interferem no trabalho da pesquisa, ajudando a reconstruí-la. Vale dizer ainda que, pensados dessa forma, os(as) jovens participantes da pesquisa são também responsáveis pelos produtos dela obtidos.

Para isso, o passo-a-passo da metodologia efetivamente é decisivo: os(as) jovens se atêm aos compromissos, lêem e discutem os materiais, relembram informações neles contidas, cotejam com outras, repensam valores, argumentam e problematizam escolhas feitas.

A constatação das possibilidades reais da metodologia para fazer emergir escolhas (ou combinações) entre Caminhos Participativos considerando, precisamente, o tempo limitado para esse tipo de “exercício democrático”, de fato impôs o desafio de envolver os(as) jovens em uma nova configuração de “acordos” de trabalho, ao tematizar assuntos sensíveis relativos à sua vida cotidiana.

A clareza quanto aos propósitos da pesquisa, a, tanto quanto possível, nítida atribuição das pessoas envolvidas, o fato de haver compromissos e pautas de convivência delimitados e respeitados, certamente contribuiu para que os(as) jovens se sentissem menos preocupados(as) com a afirmação de si mesmos(as) (o que geralmente ocorre no desenvolvimento das pesquisas qualitativas), e mais ou verdadeiramente implicados(as) na transformação dos seus modos de pensar a partir dos Diálogos ou e no próprio dever/direito de questionar a legitimidade dos saberes e conhecimentos até então assimilados, em termos de educação, trabalho, lazer e cultura.

As palavras finais dos(as) jovens e o reiterado desejo de serem convocados(as) “de novo” para uma próxima etapa traduzem de forma objetiva não apenas o processamento cognitivo da experiência, mas o sentimento de serem capazes de imprimir as suas próprias assinaturas nas tentativas de soluções para os mesmos ou novos problemas com os quais se defrontam.

O trabalho de orquestração, de fazer acontecer a metodologia, é exaustivo, marcado por imprevistos, e exige de fato uma disposição de luta ou, nos termos de Morin (2001: 23), uma “ardente paciência”, principalmente na Região Norte, que tem a tradição de ser muito **vista** (quase sempre pelo pior lado, como referido na apresentação), mas pouco **assistida** e menos ainda **escutada**.

Porém, os Grupos de Diálogo se constituem em oportunidade única de fazer parte de um momento no qual os(as) jovens se colocam como sujeitos, oferecendo aos pares projetos de mudanças para o coletivo, com traços ora utópicos, ora pragmáticos, mas principalmente realistas, que se expressam tanto na crença em pequenas ações humanitárias quanto na forma de engajamento político-partidário ou mesmo na falta de credibilidade na política e nas mudanças sociais.

Dois aspectos merecem ser particularmente destacados. O primeiro se refere à própria idéia de respeito que se faz operar na metodologia, lembrando a afirmação de Araújo (1999: 46) para quem *“o respeito, sendo um sentimento de natureza interpessoal, não pode ser considerado*

um sentimento privado. Mesmo quando sentido individualmente, está referenciado externamente, em valores construídos na interação com a sociedade”.

Um segundo ponto importante é a potencialidade da metodologia para fazer pensar, refletir e principalmente “falar”, mas com a ressalva de que as idéias não **explodem** no interior dos(as) jovens como se fosse a “coisa mais simples do mundo”. É preciso ressaltar que **falar** aqui, longe de ser um imperativo ou confissão, requer a facilitação e a leitura dos Caminhos Participativos, dentre outros instrumentos, que têm o papel de auxiliar os(as) jovens a formularem seus desejos e a organizarem suas críticas e aspirações. Nesse sentido, os materiais disponibilizados foram “creditáveis”, tornando-se referência para a descoberta dos Caminhos de Participação.

É preciso lembrar, finalmente, que não havia uma **programação**, mas uma **agenda** de atividades, nem um **manual**, mas um guia do(a) **facilitador(a)**. Esses termos, em se tratando de uma pesquisa que articula política e juventude, traduzem o recorte ético-metodológico da pesquisa.

5. A questão da participação: possibilidades e potencialidades para os(as) jovens da RMB

“Esta pesquisa pretende escutar e provocar diálogos em torno dos sentidos e práticas de participação da juventude nas esferas sociais públicas e políticas”. Este objetivo da pesquisa traduz uma crença e uma intencionalidade bem definidas: a crença – considerar a participação da juventude como estratégica para a consolidação da democracia brasileira; a intenção – descobrir os entraves, as possibilidades e as motivações da juventude para assumir essa posição.

A concepção de participação que aparece aqui compartilha com Teixeira (2001: 26) a idéia de que *“é fundamental considerar o poder político, que não se confunde com autoridade ou Estado, mas supõe uma relação em que atores, com recursos disponíveis no espaço público, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações”.* Essa noção não se restringe, entretanto, à uma participação política, num sentido mais restrito, mas inclui a percepção das diversas formas através das quais a juventude tem participado ou pode participar da vida pública.

Para a participação da juventude, pensa-se na posição de contribuir para que essa relação se altere, visto que pressupõe a emergência (existência) de sujeitos-cidadãos, críticos, que expressam aspirações, desejos e necessidades e influenciam nas formas de concretizá-las, não como interesses especificamente individuais, mas coletivamente, dando natureza política àqueles que seriam problemas individuais.

O *status* da posição de sujeitos-cidadãos não é, entretanto, algo que se dá “naturalmente”, nem tampouco se faz de forma imperativa: “participem!”. Ao contrário, ela pressupõe condições.

A partir do processo de interlocução com os dados da pesquisa de opinião e, especialmente nos Diálogos com os(as) jovens nos Grupos, algumas questões passaram a se impor com veemência. Se, por um lado, não é possível atribuir “pré-requisitos” ou condições seqüenciais para a participação, por outro, é necessário reconhecer que essa é uma “decisão” ou “opção” que pressupõe ou impõe, no mínimo, algumas circunstâncias que podem ser mais ou menos favoráveis para que essa participação se concretize. Pode-se falar, portanto, de reunir **condições** para, ou ter **condições** de fazer escolhas.

A idéia aqui considerada é que a análise articulada dos dados resultantes das duas etapas da pesquisa ajuda a perceber algumas dessas circunstâncias, ou situações nas quais elas se constituem em motivadores ou entraves à participação dos(as) jovens. Esse olhar permite reunir três conjuntos de situações, aqui consideradas como determinantes ou relacionadas aos níveis de participação dos(as) jovens. Vale dizer que estas não são excludentes, mas ao contrário, extremamente interrelacionadas: condições concretas de vida dos(as) jovens; mecanismos ou

espaços sociais de participação (incentivo para) e as propostas ou Caminhos percebidos pelos(as) jovens (motivações para).

5.1 Condições concretas de vida e possibilidades de participação

Uma das asserções colocadas no início deste trabalho alude à relação entre a situação socioeconômica dos(as) jovens e as possibilidades concretas ou a “motivação para” ações individuais e coletivas de participação social, pensando que o empobrecimento sucessivo e a vulnerabilidade financeira fazem da sobrevivência o foco de interesse prioritário.

Reiterando que não é o caso de atribuir pré-requisitos para a participação, ao mesmo tempo, toma-se como inegável que a situação socioeconômica atua como possibilitadora ou impossibilitadora de acesso (educação, trabalho, saúde, bens culturais, renda, lazer) e de alguma forma, direciona o foco de atenção dos(as) jovens para a resolução de problemas concretos enfrentados.

Considerando a situação de exclusão expressa na pesquisa de opinião e reiterada pelos(as) jovens nos Diálogos, especialmente nos comentários iniciais e nas plenárias da manhã², os dados deixam a preocupação de que grandes questões relacionadas à inclusão social da juventude em termos de escolarização, formação profissional, trabalho, lazer e acesso a informações e experiências diversificadas de sociabilidade e convivência precisam ser enfrentados, de modo a aprimorar e fortalecer formas de usufruir do potencial participativo desse segmento da população.

Numa sociedade em que as necessidades sociais se multiplicam e a todo momento surgem novas exigências no campo da formação e da cidadania, isso é preocupante, uma vez que também é alto o número de jovens fora da escola, e que, portanto, têm negadas quaisquer oportunidades tanto de aprendizagem formal e ampliação da escolarização quanto da aquisição de habilidades e competências básicas para a inserção social e no mundo do trabalho.

² Etapas do Dia de Diálogo. Ver metodologia detalhada no relatório global.

42,5% dos(as) jovens estão fora da escola; destes(as), 68,9% também não trabalham. 54,7% dos(as) jovens não fizeram nenhum curso além da escola regular; destes(as), a maioria é de mulheres (57,5%); há grande disparidade entre as classes sociais: 28,9% nas classes A/B; 46,5% na classe C; 70,4% nas classes D/E.

Comparando as classes, a disparidade é significativa: nas classes A/B 37,1% têm curso de informática; 26,8% estudam uma língua estrangeira e 16,5% praticam esporte; Nas classes D/E apenas 13,6% têm curso de informática, 9,5% cursos profissionalizantes e apenas 1,5% cursos de língua estrangeira.

Entre os(as) jovens pesquisados(as), o aumento da escolarização significa mais que o triplo de chances de acesso a outros cursos. Jovens que não fizeram nenhum curso são 77,1% entre os(as) que têm até o Fundamental completo e 32,4 entre os(as) que têm o Ensino Médio completo ou mais. Comparando esses dois níveis de escolaridade, observa-se que os percentuais sobem em todos os cursos citados: informática: 10,4% e 36,0%; curso profissionalizante: 3,1% e 18,4%; língua estrangeira: 3,6% e 11,0%.

74,8% dos(as) jovens não trabalham e 51,2% estão procurando trabalho.

Além disso, os dados da precarização e da deterioração das relações de trabalho também estão estampados na variedade de formas de relação e vínculos trabalhistas presentes na RMB. A maioria (29,8%) dos(as) jovens empregados(as) não possui carteira assinada; dentre estes(as), os(as) pardos(as) e pretos(as) somam 62,2% e os(as) brancos(as), 28,9%. Esse *não vínculo* de trabalho predomina entre os(as) jovens de 15 a 17 anos (50,0%), majoritariamente os(as) da classe C (36,4%). Há também grande diferença em termos de gênero: enquanto 25,3% dos homens são empregados com carteira assinada, esse percentual é de apenas 8,9% no caso das mulheres.

Apenas 19,2% dos(as) jovens trabalham com carteira assinada. A escolarização, nesse caso, tem relação importante: os trabalhos **sem carteira assinada** são principal formato de ocupação entre os(as) que têm até o Ensino Fundamental completo (32,5%), já os empregos **com carteira assinada** são ocupados majoritariamente por jovens que possuem o Ensino Médio completo ou mais (22,2%).

As ocupações de estagiário(a) e aprendiz são praticamente inexistentes na RMB, correspondendo a apenas 4,0% e 3,3% das ocupações dos(as) jovens.

É possível supor que a escola ainda se constitui em um espaço importante na “agenda de oportunidades”. Ela representa um instrumento (possibilidade) de acesso, em especial para os(as) jovens das classes mais baixas, ainda que isso aconteça de forma não intencional ou através de atividades não previamente organizadas com esses objetivos. A escola é também um depósito das expectativas dos(as) jovens nesse sentido.

Esses dados desvelam mais uma vez uma forma de reprodução da exclusão dos(as) jovens de classe popular, evidenciando, por sua vez, o caráter microscópico e confuso das políticas ou programas públicos, em especial para os(as) jovens das classes mais baixas. Justamente o segmento que vive a realidade de uma educação de menor qualidade e da qual “são expulsos(as)” muito cedo, tendo que ingressar no mercado de trabalho sem uma qualificação

mínima que lhes garanta a condição de nele permanecer ou ascender. A falta de clareza e o eterno conflito entre a formação para exercício ou construção de um perfil profissional que vise o ingresso em postos concretos de trabalho e a ênfase na continuidade dos estudos no Ensino Superior explicam em parte porquê as atividades complementares nas áreas da profissionalização, do esporte e da cultura aparecem de forma ínfima nos dados relativos à classe D/E.

Os **Grupos de Diálogo** reiteram essas condições, além de permitir identificar as formas pelas quais os(as) jovens as percebem e as significam.

5.1.1 Sobre os comentários iniciais

Trata-se do momento inicial de apresentação formal dos(as) participantes, realizado a partir de um comando bem direto e específico: dizer o nome, a idade e “*Em uma palavra, o que mais te preocupa no Brasil?*”. Em respostas geralmente curtas e diretas, revestidas de seriedade ou mesmo de gravidade de quem “toma para si” a responsabilidade da tarefa para a qual foram convocados(as), os(as) jovens expressam neste primeiro momento os principais “temas” objetos de suas preocupações e angústias quanto ao país em que habitam, funcionando como um termômetro ou espelho da própria situação de vida dos(as) jovens presentes e das dificuldades que vivenciam nessa etapa.

Esse se constituiu no primeiro grande momento de grita, de denúncia, no qual os(as) jovens efetivamente “apropriaram-se” do microfone e do espaço de expressão.

Foi interessante perceber que o grau de abertura temática da pergunta e, ao mesmo tempo, o limite (quase sempre transgredido) de ater-se a uma **palavra-resumo** provocou impacto singular sobre os diferentes Grupos. Enquanto que o de 18 a 24 anos concentrou-se em cinco temas apenas, os Grupos de 15 a 24 e o Grupo dos(as) jovens com experiência participativa foram os que apresentaram maior quantidade de respostas e preocupações. No caso da RMB, a livre escolha das temáticas, longe de produzir hesitações ou silêncios, desencadeou um **surto discursivo** de diversidades.

A violência figurou como o tema de maior emergência, concentrando 15,95% das respostas, o que reitera a situação de exposição crescente ao fenômeno, marca da sociedade em geral, mas que tem na juventude um “alvo” privilegiado³:

É a violência, que a cada dia cresce assustadoramente. (feminino, GD1, plenária)

É o fato de ter muita violência e também não podermos ter mais privilégios assim na sociedade. (feminino, GD1, plenária)

Entre vários problemas que existem no Brasil eu vou citar aquilo que mais me preocupa, que é a violência. (feminino, GD1, plenária)

³

Ver Waiselfisz 2004; 2002; 2000 e 1998. Mapas da violência. UNESCO.

Embora falas como “*cresce assustadoramente*” pareçam pertencer ao lugar comum dos clichês reproduzidos nos meios de comunicação de massa, a escuta revelou não apenas a preocupação, mas, ao mesmo tempo, o tom explosivo de protesto das falas que só podem ser enunciadas por sujeitos que se reconhecem como vítimas potenciais não apenas da criminalidade espetacularizada pelas mídias, mas de formas concretas de controle e opressão.

A fome, a segunda maior preocupação, mais que um tema é um lema “*O que mais me preocupa no Brasil é a fome*”, citado por 13,82% dos(as) jovens. A força da palavra já denuncia a situação de pobreza da população como correlativa à desigualdade na apropriação da riqueza. Ao termo “*fome*” associam-se os temas da pobreza, da miséria, da desigualdade social, da exclusão, entre outros, que, conectados, aludem, logo de imediato, ao esgotamento e à descrença desse segmento diante da ineficácia das ações do poder público:

Minha maior preocupação é a pobreza em que você se encontra. (masculino, GD1, plenária)

... a minha maior preocupação é a fome, as drogas na adolescência e a desigualdade social em geral; é a desigualdade social com certeza. (masculino, GD1, plenária)

As principais preocupações dos(as) jovens da RMB recaem sobre temas intimamente relacionados entre si: a violência (15,95%), a fome (13,82%), a falta de oportunidade de trabalho e desemprego (12,76%), educação com 11,70% e desigualdade social e exclusão com 10,63%. De forma geral, as inquietações são relativamente semelhantes nas diferentes categorias de Grupos, que, embora com algumas inversões na ordem, os mesmos temas aparecem nos primeiros lugares.

No Grupo com experiência participativa, a o tema pobreza/miséria (19,04%) foi o mais citado, seguido de perto pela violência (14,28%); no Grupo de 18-24 a fome aparece como a principal preocupação para expressivos 31,82 dos(as) jovens presentes; o Grupo de 15-17 demonstrou uma equivalente preocupação entre os temas da violência e das drogas (16,66%), seguido da fome (12,5%). Esses percentuais se referem, sem dúvida, às questões que os(as) atinge mais de perto e refletem sua situação social e material.

A clareza desse “pertencimento de classe” se contrapõe de modo bastante singular às informações da pesquisa de opinião, na qual o número significativo de 16,75% informantes declararam “não saber” ou “não opinaram” sobre a classe social a que pertenciam. Há aí uma clara posição de “ignorância” ou desconhecimento quanto à sua própria condição de classe ou quanto aos critérios de segmentação utilizados nos questionários. Nesse momento inicial do GD, pelo contrário, os(as) jovens já demonstraram clareza quanto ao modo como se auto-representam a partir da idéia de classe social. Importante observar que ,apesar de ser uma fala rápida, de pronto, em um tempo relativamente curto⁴, o conteúdo já conta com uma construção afirmativa (“*também é*

⁴ De acordo com a metodologia, os(as) jovens disponibilizaram de 30 segundos para apresentar-se e dizer da preocupação. Naturalmente, alguns(mas) jovens não “obedeciam” ao comando e estendiam-se um pouco mais nos comentários.

a fome”; “é a violência, com certeza”), que, diferentemente de algumas respostas da pesquisa qualitativa, não foram enunciações para **cumprir tabela**.

Como já enunciado anteriormente, na medida em que se acredita que as condições financeiras das famílias determinam a situação social e material dos(as) jovens, tal contexto certamente rebate direta e negativamente no processo de escolarização, socialização, de construção de identidade cultural, de pertencimento de classe e participação política, daí não surpreender o fato de que as dificuldades no processo de inserção social da juventude são reiteradas nas falas dos(as) jovens nos Grupos de Diálogo, através das manifestações de preocupações com a educação, com a saúde pública, com a falta de oportunidades de trabalho, com o desemprego e a formação profissional, temas que aparecem ligados à reivindicação de iniciativas e “tomadas de posição” do poder público quanto a necessidade de **reformatação** das políticas sociais:

... a minha maior preocupação no Brasil é o desemprego, principalmente para nós, jovens. Como é que a gente pode ter experiência se agora que nós estamos saindo do Ensino Médio? O tempo ocioso dos jovens, principalmente no bairro onde eu, o Guamá, que tem muitos jovens que, por não terem o que fazer, acabam assaltando, se prostituindo... (feminino, GD1, plenária)

Há referências ainda à política “dos(as) políticos(as)” que parecem revelar além da preocupação com as contradições e desmandos exercidos pela prática da político-partidária brasileira real e atual, também se atribui a essa forma de exercício do poder a origem e a responsabilidade pelas condições adversas de vida da população e dos(as) jovens em particular. As falas, logicamente atravessadas por diversos discursos (midiáticos, religiosos, escolares etc.), traduzem, sobretudo, o distanciamento entre os(as) representantes e o “povo” [de certa forma, eles(as) próprios(as)], temática historicamente repisada a respeito da tradição e da tradução da atuação dos(as) políticos(as) no Brasil.

Minha maior preocupação é a política, que eles só pensam em si mesmos e esquecem do povo. (masculino, GD1, plenária)

O que mais me preocupa no Brasil, com toda sinceridade é a política. (masculino, GD2, plenária)

Esse aspecto, aliado à diversidade de temas e questões apontadas, inspira a redesenhar o quadro polêmico da suposta “apatia da juventude” pela demonstração *de saída* de que percebem, se interessam, demonstram preocupação e, mais que isso, propõem soluções bastante pertinentes considerando que o momento é ainda um *“início de conversa”*. Longe da inércia, é a **condição de invisibilidade** da juventude que esse primeiro momento de expressão parece denunciar.

5.1.2 Semelhanças e diferenças na plenária da manhã

Nas respostas à pergunta inicial “*Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro(a), o que você acha que precisa mudar na educação, trabalho, cultura e lazer?*”, as discussões ocorridas nos pequenos Grupos e depois trazidas para a plenária revelaram uma relativa facilidade do Grupo em consensuar semelhanças, uma vez que a **falta de investimento** generalizada emergiu como o ponto de convergência entre a diversidade de problemas narrados pelos(as) jovens (ver anexos 2 e 3).

*Eu acho que todos os Grupos (...) defenderam **uma mesma tese: a de que os governantes precisam olhar mais para a sociedade.** Houve uma semelhança assim entre todos os Grupos.* (masculino, GD1, plenária)

*Nós chegamos à conclusão do que deveria melhorar na educação. A gente vai falar um pouco de investimento, por quê? Porque na realidade **o que tá faltando mesmo na educação é investimento.*** (masculino, GD4, exposição dos subgrupos)

***Acho que o nosso governo deveria investir mais em empregos e oportunidades, em pesquisa,** (...) e, aliás, investir nas pequenas empresas e no nosso Estado do Pará. Por que abrir muita oportunidade pros que vêm de fora? Honda, Volkswagen e enquanto os nossos microempresários não têm oportunidades, entendeu?* (feminino, GD3, plenária)

Um efeito em cadeia ou reprodução que está estampado no extrato de discurso apresentado a seguir, que aponta a necessidade de equipar o espaço metropolitano (bairro, conjunto habitacional, baixada, invasões etc.) habitado pelos(as) jovens como condição para cidadania, ratificando a idéia de “ter direito à cidade” embutida própria palavra “cidadão”:

*Nós achamos que **deveria haver pólos esportivos e culturais, porque (...) a pessoa, a criança, o jovem vai procurar as ruas, vai procurar roubar, porque não tem um apoio (...), não tem onde passar aquele tempo perdido, aí vai começar a meter caraminhola na cabeça, fazer besteira por aí.*** (masculino, GD4, plenária)

Assim é que as condições de acesso e oportunidades são as principais “reivindicações”: a qualidade da educação [aí incluídas a qualificação de professores(as) e da escola pública da qual é oriunda a maioria dos(as) jovens participantes], a qualificação profissional, oportunidades de trabalho e acesso a cultura e lazer, que aparecem na maioria dos Grupos (ver anexo 2).

As críticas e frustrações com a escola são inúmeras e particularmente relacionadas à qualidade do ensino e à formação dos(as) professores(as). Isso demonstra que, se por um lado, o aumento do número de vagas relacionado às políticas de universalização do Ensino Fundamental pode ter sinais positivos, muito ainda há que ser feito em termos de equipamentos, infra-estrutura e formação docente, o que possivelmente pode ajudar a entender os dados da baixa escolarização ou da não vinculação à escola revelados pela pesquisa de opinião.

Os professores não se preocupam com os alunos, não explicam bem as matérias (...) ficam nos enrolando a aula toda. Talvez eles achem que porque o salário é baixo (...) o que nós queríamos que mudasse era isso, que o governo pudesse estar mais voltado as escolas (...) **porque eu acho que nós estamos lá pra aprender, nós somos pobres, não temos condição de pagar, mas nem por isso nós devemos ser menos, devemos ter menos que as outras pessoas.** Então esse é o nosso apelo (...) pro governo. (masculino, GD3, plenária)

Chama atenção, no texto acima, o reconhecimento, por exemplo, entre as exigências de sobrevivência que marcam cada um dos pólos do ato pedagógico: tanto os(as) jovens quanto os(as) professores(as) precisam ser “investidos(as)”: considerados(as), empregados(as), assumidos(as).

As críticas vêm sempre acompanhadas de uma idéia ou proposta de como melhorar, reiterando que o sentimento é muito mais de frustração mesmo, de decepção, mas não é de descrença no papel da educação como possibilitadora de mudanças, sobretudo para os(as) jovens de classes populares. A própria figura do(a) professor(a) é posta em questão, mas não exatamente depreciada. No máximo trata-se de um(a) agente insuficiente ou ineficiente como mediador(a) de saber (mas não de alguém que encarne conhecimento algum) ou o(a) profissional que não cumpre as normas institucionais mínimas quanto à frequência e acompanhamento das tarefas e funções escolares.

*A gente precisa que os governadores invistam na educação, pra gerar oportunidades pras pessoas, é isso que nós jovens queremos, **a gente não quer tudo na mão, a gente quer que eles dêem oportunidade de estudar, de lutar pelo que a gente quer**, pra podermos ter oportunidade de daqui há um tempo, ter nosso emprego, levar nossa vida, ter um padrão bom de vida.* (feminino, GD3, plenária)

*A gente vai depender muito da nossa educação. Porque não adianta você querer emprego bom e ter só o ensino fundamental, **porque emprego bom, você não vai ter, você vai ser uma lavadeira, vai passar a roupa (...)** eu sou repetente do convênio, por quê? Porque me desestimulou muito na escola pública, devido os professores não irem. Quando eu fazia cursinho, aí eu já me dediquei mais (...), aí chega no final do ano, reprovei. Tudo bem eu passei pra noite agora. **Mas eu não vou desistir do meu sonho, quero fazer cursinho, fazer faculdade, mas pra isso tenho que estudar, batalhar, entendeu?*** (feminino, GD4, plenária)

As referências ao Ensino Superior são bastante freqüentes e, em geral, relacionadas à questão do número de vagas e da falta de condições ou requisitos para competir por elas no vestibular. Isso leva a supor que, nesse nível de ensino, a questão quantitativa parece ser o ainda o principal problema do ponto de vista dos(as) jovens. Estes(as) reivindicam, antes de tudo, o acesso à universidade. Para os(as) jovens pesquisados(as), a inacessibilidade ao curso superior parece se constituir no grande entrave ao sonho da profissionalização ou do crescimento profissional e todas as garantias que a ele, ainda que imaginariamente, estão associadas.

Se o governo, investisse na escola, na universidade pública, aumentando o número de vagas nas universidades, melhorando a qualidade, aumentando o número de professores, dando uma estrutura melhor pra essas pessoas não irem pra particular, e sim, ir pra pública, onde todo mundo tem acesso e não paga nada. (masculino, GD4, plenária)

Investimento nas universidades públicas, porque tem muita gente que concluiu, se desinteressa, não vai buscar porque a demanda é pequena (efere-se à oferta na verdade), pra muita gente que já concluiu quer conseguir ser universitário, aí fica difícil, a pessoa se desestimula, perde a vontade (...) vai fazer uma prova de vestibular, quebra a cara, porque não aprendeu nada, porque não aprende nada. (masculino, GD4, plenária)

Os(as) jovens demonstram, de forma acentuada, uma tradição na Região Norte, instituída pelo regime militar como política de integração nacional para manter estudantes na própria Região, que é a valorização da universidade pública. Isso se reflete na demanda aos vestibulares, na priorização dos(as) profissionais com Ensino Superior em caso de contratação para emprego e nas representações da população em geral.

Percebe-se, então, que não é a “qualquer vaga” no Ensino Superior que a maioria dos(as) jovens pleiteia, mas ao direito que eles(as) consideram legítimo de cursar a universidade pública. Já com relação ao Ensino Fundamental e Médio, a escola pública não goza do mesmo prestígio.

Enfatizam que somente a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e Médio **públicos** garantirá os requisitos para universidade **pública**, tornando-os(as) mais aptos(as) à concorrência em condições de igualdade com os(as) estudantes das escolas particulares.

Nesse sentido, a comparação entre os padrões de acesso ou oportunidades diferenciadas para os(as) jovens pobres e ricos(as) é claramente identificada.

É o meu caso, eu fiz UFRA (Universidade Federal Rural), e quebrei a cara, a demanda já era pequena, só era 80 vagas, eu escolhi engenharia de pesca, moleque! Só deu Ideal, Impacto (cursinhos pré-vestibulares dos mais caros em Belém), não deu Bom Pastor (escola pública estadual), não deu, cara... (masculino, GD4, plenária)

As necessidades e aspirações dos(as) jovens pobres e ricos(as) são marcadamente diferenciadas, e essa diferença precisa ser considerada nos desenhos de políticas sociais. É o que mostra claramente o diálogo a seguir:

O jovem de 16 anos ele não tá preparado pra trabalhar (...) Eu, sinceramente, eu tenho 16 anos, não gostaria ainda de trabalhar, porque penso nos meus estudos(...) A maioria dos jovens não gosta de trabalhar, eles querem sim o lazer, eles querem estudar, mas o que obriga ele a trabalhar é a necessidade. (feminino, GD3, plenária)

Claro que nós todos preferimos estudar, nos divertir, mas aí, quando o caso é uma necessidade, aí eu acho que tem que ter essa oportunidade já pra quem precisa. (masculino, GD3, plenária)

Independentemente da classe, a percepção de que há sim dificuldades e falta de oportunidades é unânime entre os(as) jovens, o que está expresso na frase consensual do Grupo quanto às semelhanças: “Os jovens deveriam estudar e se formar, mas alguns têm necessidade de trabalhar e para estes falta oportunidade”.

Os(as) jovens também reivindicam formação profissional, reconhecendo que, dada suas condições de vida, a inserção no mercado (mundo) do trabalho é condição que se impõe desde cedo. As falas sobre experiências de terem sido recusados(as) ou preteridos(as) para postos de trabalho por falta de experiência ou qualificação são recorrentes. Note-se, entretanto, que não fazem referência explícita a postos de trabalho de maior qualificação, ao contrário, referem-se a exigências **mínimas** que garantam condições igualmente **mínimas** para “candidatar-se” a uma vaga. Parece haver uma certa incorporação de que, por serem pobres, pobres também serão suas aspirações.

Criação de cursos públicos para a qualificação dos jovens. Porque tu vais procurar emprego, você com seus 18, 17 anos, você já até terminou o Ensino Médio, mas você não fez um curso de computação, um curso de costura, de cabeleireiro, de alguma coisa, porque para tudo você tem que ter uma qualificação, mesmo que você seja bom para aquilo, mas se você não se preparou, você não vai conseguir se empregar. (feminino, GD1, plenária)

Além da necessidade de qualificação profissional, aparecem claramente nas falas dos(as) jovens outras formas de “ineficiência do mercado de trabalho”: o desemprego, o subemprego e a discriminação para o ingresso.

O preparo não garante o trabalho. (feminino, GD3, plenária)

Hoje a oportunidade de trabalho tá bem difícil. Nós vamos nas firmas, pedimos empregos, só que como nós temos um baixo estudo, ensino, nós não conseguimos. (...) Ele conseguiu emprego, mas em compensação, o que ele ganha é baixo, (...) pôxa, eu vou chegar na minha casa, imaginem vocês, eu vou falar’ mulher, tá aqui o dinheiro, só deu pra comprar um ovo, mas que, que eu posso fazer?’ (masculino, GD3, plenária)

Aparecem ainda análises interessantes sobre as condições de subemprego (e subremuneração) dos(as) trabalhadores(as) (jovens ou não) nas atividades econômicas, fato que também relacionam com as condições de pobreza. “Nem todas as oportunidades valem à pena” (feminino, GD3, plenária). Essa fala acaba por revelar as discordâncias entre os(as) jovens, trazendo à tona uma certa ambivalência entre o **subemprego** (trabalho pesado; mão-de-obra barata) ou o **emprego nenhum**.

Em relação a essas empresas, multinacionais vindo (...) Se a gente for parar pra analisar, existe um lado que os lucros vão pra eles, mas por outro lado, a mão-de-obra que eles pegam é da região. (masculino, GD4, plenária)

Lá perto de casa tá rolando uns empregos, só que fica muito cansativo, e também eu acho que não vale a pena pra qualquer pessoa, de vendedora na rua, pra vender produtos, cosméticos, não dá pra vender, porque o dinheiro que você tá

recebendo só é pra comprar roupa pra trabalhar. Agora se tivesse um emprego de secretária, recepcionista(...) Agora, pra ficar andando na rua, no sol quente, não compensa isso. (feminino, GD3, plenária)

Não obstante a falta de capacitação apropriada e de experiência relatadas pelos(as) jovens, o terceiro condicionante para a exclusão dos postos de trabalho diz respeito à discriminação que eles(as) enfrentam. Diante da grande demanda, a seletividade torna-se “inevitável”. E ela, além de se fazer pelos critérios acima, utiliza-se de outros, abrindo caminhos para práticas ainda mais perversas, além de ilegais, como a discriminação pela aparência e práticas de racismo, que são relatados pelos(as) jovens como “feiúra”, índices de pobreza revelados nos dentes, nas roupas, nos cabelos, cor da pele etc.

O jovem hoje tem que ter uma aparência, eles pedem, assim, é muito difícil pra jovem, tem que ter idade pra trabalhar, tem que ter estudo e ainda tem que ter aparência (...) Deveria ter mais essa igualdade, assim, entre raça, entre tamanho, cor, idade, não importa. (feminino, GD3, plenária)

Uma amiga da minha mãe falou assim, se eu não queria trabalhar entregando panfleto, aí ela perguntou se eu tinha uma amiga bonita, eu tinha uma amiga, só que ela não era lá essas Coca-Cola... (risos) Aí eu falei, não, olha eu não sei, aí ela falou: 'se ela não for bonitinha, a gente despacha, fala que já acabou, que já tá tudo cheio já'. É uma discriminação isso. (feminino, GD3, plenária)

Na verdade, esses discursos demonstram com absoluta lucidez o quanto a violência dos “maus tratos” endereçadas a eles(as), jovens, pode atingir o limite do insuportável.

Os(as) jovens mais pobres referem ainda dificuldades maiores quando a frequência às aulas precisa ser combinada com o período de trabalho. Propõem a ampliação do repertório da escola de forma a atender às necessidades do mercado de trabalho ou da continuidade dos estudos e ao mesmo tempo propõem a flexibilização do cotidiano da escola (horários, rotinas e práticas) de forma a incorporar as experiências também diferenciadas do(a) aluno(a) trabalhador(a).

Em termos gerais, as questões relacionadas a acesso ao mundo do trabalho e do domínio de habilidades e credenciais exigidas para esse acesso (oportunidades de qualificação e aquisição de competências profissionais) parecem se constituir num dos sérios problemas da juventude da RMB e um entrave importante à inserção e participação social.

Em relação às questões da cultura e lazer, o aspecto da “falta” também foi evidenciado. Ressalvando a necessidade de que, mais uma vez, não há os tons de lamúria, que comumente marcam o discurso da falta.

Que nós pudéssemos ter um local pra, assim digamos, um parque né, aquático, coisa assim, pra gente poder se divertir um pouco, que isso fosse público, não fosse particular, porque a gente não tem condições. É parte da nossa educação. (feminino, GD3, plenária)

A organização dos pontos públicos, tais como praças, teatro, parques, porque impede as apresentações, danças e encenações, fazem com que esses grupos

não consigam se expandir. Porque nós ‘tamos falando dos pobres mesmos, não tem jeito. Pobre, ele não pode apresentar o seu trabalho. (feminino, GD3, plenária)

As “queixas”, nesse caso, são bastante realistas e amplamente justificadas. No geral, ações relacionadas à prática do esporte, ao acesso à cultura e ao lazer são parte das expectativas dos(as) jovens, que manifestam não apenas a vontade, mas a percepção do direito a tal acesso. O(a) jovem não “quer só comida”, mas “diversão e arte”, uma vez que a falta de dinheiro e de incentivos “pra valer” restringem as possibilidades de apropriar-se do espaço público. Também a escola não se disponibiliza a se constituir em lugar de encontro e socialização. É certo, no entanto, que aspectos da cultura e lazer são destacados como um direito aos espaços que tornam possíveis a expressão de uma identidade, dos seus modos de vida, além dos possíveis benefícios em termos de ampliação do repertório de vivências. Mas não apenas isso. Tendem a valorizar as atividades culturais e de lazer como uma forma de ocupação do tempo ocioso, do afastamento de práticas ligadas ao crime, violência ou prostituição:

O tempo ocioso dos jovens né, principalmente no bairro onde eu moro o Guamá, eu percebo que tem muitos jovens que por não terem o que fazer, acabam assaltando, se prostituindo, então a minha preocupação no momento a maior é essa. (feminino, GD1, plenária)

Os parques e praças (66,5%) e os shoppings (55,0%) são os espaços mais freqüentados pelos(as) jovens.

A freqüência a teatros (11,8%), museus (19,5%) é consideravelmente menor.

38,3% deles(as) afirmam não terem lido nenhum livro completo durante o ano, sendo que os maiores percentuais estão entre os(as) mais velhos(as) (48,9%), nas classes D/E (46,8%) e nas escolas públicas (41,1%);

A diferença entre brancos(as), pardos(as) e pretos(as) se mostra mais acentuada na freqüência a museus [28,7% entre os(as) brancos(as) e 14,8% e 18,4% entre pardos(as) e pretos(as) respectivamente] e teatros (com percentuais de 16,6%, 10,9% e 7,9% respectivamente).

38,1% dos(as) jovens das classes A/B freqüentam museus e 27,8% freqüentam teatros, sendo que esses percentuais caem para 24,7% e 14,7 para os(as) jovens da classe C e 10,2% e 3,4% para os(as) das classes D/E.

A co-relação entre a ausência de locais para o lazer e a produção da marginalidade foi reiterada nos Grupos, porém prevalece nas falas, a falta de expectativas e a sensação de “abandono”, ao denunciarem a existência de espaços culturais ou de lazer “só para turistas” ou para “só para barões”, criando na cidade verdadeiras “zonas de interdição” ou “guetos de exclusão” que são absolutamente reais.

O cara chega e fala assim, tem aquele anúncio bonito na televisão; Docas do Pará⁵ não é do Pará, velho, é pros gringos, vai pedir um gelo lá... (risos) É cinco conto (R\$ 5,00), as casa das sete janela⁶, vai lá ver uma exploração, esse Mangal das Garças, aí é bonito pra ver, mais fora, vai ver a pobreza que (masculino, GD4, plenária)

O não acesso aos bens culturais é encarado ou analisado de duas formas. Há falas que apontam para uma **auto-exclusão** (“Dá pra ir sim, não precisa gastar dinheiro, não precisa comer nada”; “Tem muita coisa acontecendo, as pessoas é que não vão”) e outras que apontam para a **falta de divulgação** de atividades ou eventos gratuitos, mas que a população mais pobre, que mora distante dos locais mais “badalados” e que têm pouco acesso aos veículos de comunicação que divulgam acontecimentos dessa natureza. De acordo com os(as) jovens, se essas pessoas não assistem na TV os programas informativos ou não lêem jornais impressos e não escutam rádio, acabam por não tomar conhecimento ou só ficar sabendo quando após os eventos terem acontecido.

A frequência aos shoppings mostra que, a princípio, estes não excluem. Embora os dados não indiquem e provavelmente nem pretenderam indicar quantos são consumidores(as) efetivos(as) e quantos são consumidores(as) apenas simbólicos(as). Tais espaços produzem uma “cultura extraterritorial” (Sarilo, 2004: 20) da qual ninguém pode sentir-se excluído(a). Mesmo aqueles(as) que não consomem, se movimentam, circulam, paqueram e mesmo inventam outros usos do espaço, que são tolerados desde que não “depredem” ou interfiram na “civildade” apoiada na liberdade do trânsito e até numa certa desordem sob controle. Nada mais “adequado”, portanto, à cultura jovem.

A frequência nos diversos espaços sobe consideravelmente com a escolaridade, exceto em relação aos parques e praças, que parecem ser lugares mais democráticos com frequência maior e mais diversa. Teatros e museus, de forma geral, não aparecem como lugares atrativos para a juventude.

Os(as) jovens tendem a adotar uma postura de denúncia das suas condições de vida, de crítica e responsabilização dos governos pela falta de investimento (destinação, tempo e espaço) em políticas públicas, e essa foi a tônica dos Diálogos em plenária. Entretanto, ao mesmo tempo, os(as) jovens também conseguem direcionar a atenção para si e para o papel que possam ter nas mudanças que são necessárias. Nesses momentos, se percebe um desejo potente de requerer o direito político e social, assumindo que podem contribuir para essa conquista, embora não definam, como dito anteriormente, as formas objetivas de como fazê-lo.

⁵ Referência à Estação das Docas, ponto turístico de Belém, às margens da Baía de Guajará.

⁶ Outro ponto turístico da cidade.

A expressão desse “reconhecimento da responsabilidade” de cada um(a) aparece através de formas contraditórias, mas importantes para assinalar o papel que devem assumir na luta por esses direitos, independentemente da obrigatoriedade de investimento do poder público. Uma das maneiras de expressão é o sentimento de que os(as) jovens “*estão assim porque querem*”. Essa imagem negativa que parece internalizada por eles(as), marcada por uma certa culpabilização, está evidenciada nos discursos a seguir:

Corre atrás mesmo. E tem outros cursos que são de graça, cursos de computação, de informática, corre atrás gente, não senta no sofá, não espera cair do céu que não cai, o que cai do céu é chuva. (feminino, GD1, plenária)

Eu fui me cadastrar no Sine e estavam matriculando no curso de informática, eu me matriculei e por sorte fui chamada pro curso de manutenção. Então uma oportunidade que hoje eu trabalho com informática, que eu tive né?, que talvez se eu não tivesse corrido atrás, sabe lá o que estivesse fazendo uma hora dessa. (feminino, GD1, plenária)

Falas como essas provocam um impacto e um mal-estar no Grupo, por conceberem que os(as) jovens não sabem ou não querem aproveitar as poucas oportunidades que existem. Predomina aqui o discurso do esforço, quer dizer, se esforçar e ir atrás daquilo que querem. São falas que, além de trazerem à tona o discurso da competência (ou da incompetência) individual, na verdade servem para mascarar ou esconder o caráter microscópico das políticas públicas, por não deixar claro, em contrapartida, que não é para todos(as) “correrem atrás” mesmo, porque as vagas não são suficientes.

O contraponto a essas falas vem com expressões dos(as) jovens que demonstram uma avaliação crítica das políticas públicas, as quais não atendem suas necessidades e expectativas. Ainda que o chamado “*discurso da falta*” tenha se constituído na tônica dos Diálogos entre os(as) jovens, é importante pontuar que, diferentemente de outras populações marginais urbanas, a *falta* aqui não se traduz na simples constatação de um estado de carência, mas como uma procura, uma investida, uma busca, inclusive, do espaço não apenas da denúncia, mas antes e principalmente do direito de reivindicar. As vozes não são de alguém que reclama. Expressões como “*deveria ter ou haver mais*”, recorrentes nos discursos, apontam para sujeitos que percebem seu papel não apenas de “cobrar”, mas de ajudar a decidir, ainda que não consigam identificar claramente como viabilizar isso.

Certamente por trás da idéia do investimento se revela (desvela) a questão da exclusão social, que, conforme os(as) jovens, vai além da desigualdade econômica, envolvendo aspectos do acesso aos bens culturais, ao trabalho, à formação profissional e à educação. O que surpreende não é apenas a percepção ou o reconhecimento da situação concreta (atual), mas a clareza das conseqüências dessa exclusão a médio e longo prazos, da negação daquelas que seriam as

condições de desenvolvimento pleno, de satisfação de necessidades e de possibilidades de participação, e de uma vida mais autônoma.

Evidentemente, a não participação não pode ser pensada como consequência direta da pobreza, contudo, há a possibilidade de serem, ambas, partes de um mesmo processo que cria e acirra as desigualdades e aprisiona os indivíduos na luta pela sobrevivência, exclui das possibilidades de acesso aos bens culturais e, com isso, das possibilidades de experiências de sociabilidade diversificadas. A luta por comida e emprego cria dificuldades materiais e ideológicas à participação. Não propicia a apreensão de problemas comuns, causas ou anseios convergentes, elementos que conduzem à participação. Interessante é que essas situações são acirradas exatamente num momento em que as exigências sociais apontam para indivíduos criativos, versáteis, autônomos e com capacidade de decisão.

As falas dos(as) jovens deixam bem claro que o Caminho da organização em grupos ou da participação política compete fortemente com o da sobrevivência, com a necessidade de trabalhar e ganhar o sustento, ainda que isso não signifique as condições mínimas de alimentação, educação, saúde, lazer etc. Nesse caso, os(as) jovens relatam impedimentos bem concretos para a participação.

A questão de você deixar um lado e partir pra outro, eu vejo assim, porque há dificuldade, tem pessoas que trabalham... No meu caso, eu trabalho de sábado a sábado, de 5h30 da manhã, eu tenho um intervalo de duas horas pro almoço e saio às 18h e vou pro colégio, chego 23h em casa, aí eu vou me dedicar a uma ONG onze horas, meia-noite? Não tem condições... (masculino, GD4, plenária)

5.2 Mecanismos ou espaços sociais de participação

Neste segundo conjunto de condições, pensa-se que a participação pode estar condicionada às formas ou mecanismos que os(as) jovens encontram disponíveis na sociedade. Aqui novamente uma ressalva deve ser feita no sentido de que não é possível esperar passivamente que os mecanismos se constituam, sejam dados para que os(as) jovens os ocupem. Efetivamente, aliás, a prática de participação dos(as) jovens (embora quantitativamente pouco expressiva) tem mostrado sua experiência e competência em propor, abrir ou conquistar esses espaços.

Trata-se, contudo, de perceber e reafirmar que cabe também à sociedade, a partir de suas principais instituições e instrumentos, valorizar essa participação, abrindo, propondo ou ampliando os espaços de participação dos(as) jovens. Pensa-se que os mecanismos ou espaços de participação aos quais os(as) jovens têm ou possam ter acesso têm a função de incentivar a participação. Necessário se faz uma ressalva ao sentido do termo aqui utilizado: **incentivar** – dar incentivo a, estimular, mover, incitar ou excitar; mudanças no meio capazes de provocar uma resposta.

Pode-se pensar que uma efervescência de ações voltadas ao público jovem, disponibilização de atividades nos diversos espaços nos quais os(as) jovens estão envolvidos(as), convites, propostas, exemplos interessantes e atuações bem-sucedidas possam ter essa função provocadora, excitem os(as) jovens à participação.

Neste aspecto, pode-se perguntar que ou quais mecanismos de participação são disponibilizados aos(às) jovens nos diferentes espaços sociais? Que “incentivos” estão disponíveis? Que elementos apontados pelas duas etapas da pesquisa contribuem para pensar essas questões?

Nos resultados da pesquisa, duas formas potenciais de participação da juventude ganham especial relevo: o espaço da escola, como espaço aglutinador de grande parcela da juventude, ainda que ao mesmo tempo signifique espaço de exclusão da outra parcela, e os grupos, as diversas formas de associação da juventude, a adesão às entidades ou organizações do movimento social ou às formas tradicionais de participação política, que nas falas dos(as) jovens aparecem condensadas sob a forma de “participar, ir pra luta, lutar pelos direitos”, sem nenhuma alusão a que esses espaços possam representar níveis diferenciados de participação.

5.2.1 A participação na escola

Na RMB, a escola conserva uma tradição maior em proporcionar atividades de entretenimento e culturais, como festas (67,7%), apresentações de teatro, dança e música (53,2%), e exibição de filmes (49,4%). Por outro lado, há uma prática escassa de atividades que impliquem na “saída dos muros” da escola, nos três segmentos de classe atividades como: excursões (A/B – 28,8%; C – 22,6%; D/E – 17,9%) e visitas a museus/exposições (A/B – 31,5%; C – 27,8%; D/E – 25,3%).

Há diferenças por classes sociais na realização de atividades. Em todas as opções pesquisadas, os índices são maiores nas classes A/B. O exemplo mais significativo é a realização de seminários, concursos e participação em feiras de ciências que são predominantemente oferecidos para as classes A/B (71,2%) e diminuem expressivamente nas classes C (47,8%) e D/E (37,9%).

A participação dos(as) jovens nas atividades é significativa, concentrando índices acima de 50% em todas as atividades. Há grande adesão dos(as) jovens das classes D/E às atividades de exposições e visitas a museus. Apesar de apenas 25,3% referirem a realização dessas atividades em suas escolas, é este estrato que revela a maior participação proporcional (79,2%).

Os debates de temas diversos aparecem como atividades pouco realizadas (43,2%); a diferença entre as escolas públicas e privadas é expressiva (40,3% e 51,9% respectivamente). A temática da Aids, sexualidade, drogas e violência são as mais ofertadas (74,8%).

O interesse dos(as) jovens pelos debates que envolvem temas sociais é alto, mobilizando índices de participação acima dos 70,0%, nas diferentes faixas de idade, classes, níveis e modalidades de ensino. Direitos Humanos é o tema de maior preferência (89,5 %), sendo, entretanto, um dos menos discutidos ou ofertados na escola (38,8%), sugerindo a recorrente distância entre os interesses da cultura juvenil e as propostas que a escola é capaz de formular.

Apenas 24,7% dos(as) entrevistados(as) participam de atividades aos finais de semana, sendo que estas são: prática de esporte (46,4%), cursos pré-vestibulares, aulas de reforço (35,7%) e encontrar amigos(as) ou outros(as) jovens (11,9%).

Novamente há importante diferença entre os três estratos sociais: 37,0% nas classes A/B; 28,7% na classe C; 12,6% nas classes D/E; da mesma forma, também é grande a diferença entre escola pública e privada (18,6% e 44,4% respectivamente).

Os resultados mostraram que a escola tem dificuldade ou resiste ao alargamento das fronteiras de acesso a outras formas de conhecimentos e informações, incluindo a compreensão de onde e das maneiras pelas quais estas podem ser adquiridas e construídas pelos(as) jovens. A idéia é de uma restrição da prática escolar às “aulas” (*stricto sensu*). Uma concepção implícita pode ser a de que o controle do espaço permite controlar também o tempo e os corpos, materializando o que Peregrino e Carrano (2003: 20) caracterizam pela confirmação da escola “*como espaço de contenção física e simbólica de jovens e crianças*”.

Paradoxalmente, os(as) jovens de classe A/B não são — relacionando comparativamente “oferta e demanda” — os(as) que mais participam de debates, excursões e projeção de filmes. É possível que a possibilidade de vivenciar atividades semelhantes, independentemente da mediação da escola, os(as) coloque em condições de “selecionar” em quais preferem se engajar.

Em outras palavras, para estes(as) jovens, as ações de recreação ou de ampliação do repertório cultural oferecidas pela escola certamente competem com muitas outras a que têm acesso fora dela. Entretanto, quando se trata de seminários, concursos de redação ou feiras de ciências, tarefas que provavelmente creditam notas, conceitos ou pontuação por participação, as escolas dos(as) jovens de classe A/B são as que mais promovem e contam com maior índice de adesão.

Embora os dados mostrem que essas práticas não são comuns entre as classes mais baixas, é nítido o seu interesse pelas atividades e uma adesão quando das oportunidades, em função, talvez, de que, para esse segmento, a escola seja uma das principais vias (quicá a única) de acesso a eventos dessa natureza. Os(as) jovens reivindicam a ampliação do repertório da escola, por reconhecerem-na como uma das vias possíveis de oportunidades dessa natureza.

Eu acho que a Seduc deveria colocar mais cursos profissionalizantes, mais teatro, pra pessoa aprender a fazer o que ela não sabe. O português e a matemática, tudo, vai aprender pra preparação pro Prise. E o teatro, outras coisas, tu não vai aprender. (feminino, GD3, plenária)

Também são baixas para os(as) jovens as oportunidades de discussão ou informação sobre os diversos temas sociais, políticos e econômicos na escola, o que contrasta com adesão manifestada por eles(as). A vontade de discutir os Direitos Humanos (vide *box*) provavelmente traduz uma demanda para discutir seus próprios direitos na instituição escolar e na própria prática social, uma vez que a maioria desses(as) jovens vivencia uma distribuição desigual e arbitrária das oportunidades de acesso aos bens sociais, o que não somente significa lesão aos direitos humanos para alguns(mas), mas risco de sobrevivência para todos(as) (Braslavsky, 2002: 195). Embora os dados indiquem que a presença de debates de “temas variados”, ou seja, fora do conteúdo obrigatório, tenha se tornado mais freqüente, parece que a escola ainda não encontrou (ou descobriu) os caminhos da inserção/envolvimento com as questões e problemas sociais e a demanda crescente de incorporação da diversidade sociocultural dos(as) alunos(as).

Nota-se um aumento considerável na realização de ações comunitárias e trabalhos sociais, debates e seminários entre os(as) que têm o Ensino Médio completo ou mais, indicando que a conclusão do Ensino Médio significa também uma abertura de possibilidades de inserção na vida social (da comunidade, bairro ou até cidade) com as oportunidades de estágios, atividades de extensão, pesquisas, trabalhos voluntários, eventos etc.

Outro dado que parece refletir a dificuldade de entrelaçamento entre escola, comunidade e participação da juventude é a baixa freqüência à instituição de ensino nos finais de semana. Pode-se supor que a não abertura do espaço, mais uma vez, limita a participação para os(as) jovens de estratos sociais mais baixos, justamente os(as) que têm menor disponibilidade de outros equipamentos e atividades de lazer.

Apesar da pouca oferta, os dados mostram que há resposta dos(as) jovens em termos de participação. A questão que se sobressai é que, uma vez proposta, a adesão acontece, os(as) jovens estão lá, ocupam os espaços, o que reforça a premissa de que é extremamente necessária

a disponibilização dos espaços como **incentivo ou excitação para** a participação. Nesse sentido, pode ser dito que o espaço escolar é um *locus* de convivência e de oportunidades diversas para a dinamização da “vida juvenil”, principalmente em contextos de pobreza como os identificados nesta Região.

Não há como negar que essas atividades significam potenciais valorizadores da força associativa dos(as) jovens e, em suas expressões mais bem-sucedidas, são certamente promotoras, além da recreação, das capacidades e habilidades criativas e interpretativas, o que é seguramente um fator de atração para eles(as).

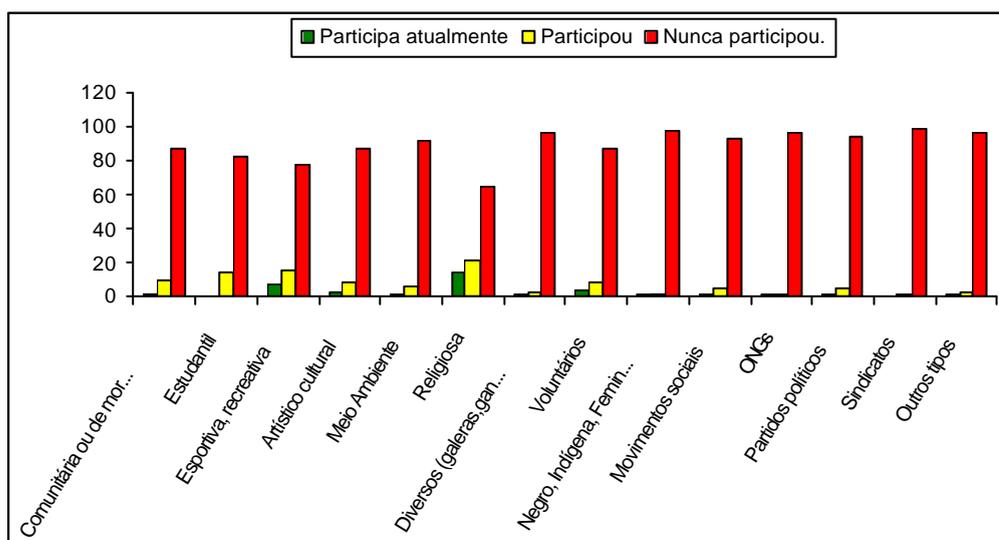
Neste sentido, se coloca em questão o papel da escola na possibilidade de reunir condições e estratégias de captar as diferentes expectativas e experiências da juventude, de contribuir para que este segmento elabore uma compreensão mais ampla de mundo, desenvolva autonomia e criatividade, como condições básicas para a ampliação da experiência social e para a participação.

Necessário, entretanto, enfatizar que não se trata de culpabilizar a escola pelos problemas identificados, mas de reconhecer sua função, elegendo-a como interlocutora privilegiada nas ações de enfrentamento político a todas as formas de resignação ou naturalização das desigualdades, de pensá-la como um espaço importante na agenda de oportunidades da juventude.

Outro dado singular é o fato de que os(as) jovens fazem alusão à ampliação do repertório da escola, mas não referem ampliação dos espaços de participação nas decisões ou na gestão. Isso leva a inferir que a participação na gestão e organização da escola e na sua democratização não se colocam como questão ou possibilidade para os(as) jovens, que também não relacionam tais aspectos com a melhoria da qualidade que eles(as) reivindicam.

5.2.2 A participação em grupos ou entidades e organizações sociais

Tipos de participação referidas pelos(as) jovens



No geral, a cultura da não participação, principalmente através de grupos, parece ser a regra entre os(as) jovens da Região Metropolitana de Belém. Apenas 19,8% afirmam fazer parte de algum grupo, dentre eles(as), predominam os homens (21,1% contra 18,6% das mulheres).

A tendência se mantém nas diferentes faixas etárias e níveis de instrução, embora seja possível perceber que a escolaridade exerça alguma influência em termos da possibilidade de organização, cujos dados que são de 14,9% entre os(as) de menor escolaridade (E. Fundamental incompleto) aumentam entre os(as) que têm o E. Fundamental completo e E. Médio incompleto (19,4%), chegando a 27,1% entre os(as) que têm o E. Médio e mais. Dados que, novamente, reiteram a escolaridade como uma dimensão relacionada com a restrição ou ampliação da experiência social.

Além da baixa participação, uma outra característica revelada nos dados é a concentração de tipos de atividades dos grupos com a predominância das atividades religiosas (36,1%), seguida das relacionadas à música, teatro e dança (31,9%) e das esportivas (22,7%). A dimensão religiosa no processo de grupalização dos(as) jovens, em especial das mulheres, é significativa. Essa dimensão apareceu muito forte nos GDs, tanto na postura dos(as) jovens, reafirmando seu envolvimento com a igreja (grupos de igreja) e a importância dessa participação, quanto na opção pelos Caminhos

Nós escolhemos esse Caminho porque nós achamos que é um caminho justo, e até mesmo porque quatro dos cinco do nosso Grupo já trabalham voluntariamente.(GD1; apresentação dos subgrupos)

As atividades culturais (teatro, dança e música) e esportivas representam o segundo e terceiro segmentos aglutinadores da juventude, com 31,9% e 22,7% [dos(as) jovens que participam de algum grupo], respectivamente; essas atividades parecem ser as **mais disponíveis** para os(as) jovens.

A participação em atividades de caráter mais político ou de intervenção social é baixa: atividades estudantis (9,2%); ações de melhoria das condições de vida (3,4%); comunicação e meio ambiente (2,5%); atividades político-partidárias, de arrecadação de alimentos e defesa de direitos com ínfimos 0,8% cada uma. Há um extremo distanciamento das formas tradicionais de participação política ou de agregar as demandas juvenis buscando influenciar nas decisões políticas. As atividades político partidárias só aparecem entre os(as) jovens de nível superior e entre os(as) jovens mais velhos(as) (21 a 24 anos).

Outro aspecto importante é que os percentuais de jovens que já participaram e não participam mais de algum tipo de atividade associativa supera em todas as atividades os percentuais dos(as) que participam atualmente, com diferenças bem marcantes que chegam a ser de cinco, sete ou até oito vezes nas atividades comunitárias, estudantis e de meio ambiente e ecologia, respectivamente. Essa diferença pode ser indicadora da refração ou esfriamento nos níveis de participação, de esgotamento ou perda de relevância de formas de mobilização juvenis

que foram responsáveis por uma abertura de influência política desse segmento em outras conjunturas, como é o caso dos movimentos estudantis e dos movimentos de bairros, durante as décadas de 70 e 80.

A sociedade, de maneira geral, não dispõe de mecanismos, instrumentos ou espaços que funcionem como atrativos para formas associativas dos(as) jovens. As experiências são restritas, como o caso do Orçamento Participativo (OP da Juventude) em Belém que, em três anos (1999 a 2001), não conseguiu se firmar como prática participativa da juventude. Essa restrição está presente nas falas dos(as) jovens, quando referem “não saber onde” ou “não serem convidados”.

Eu participava do grupo jovem do PMDB, aí eu vim de lá (...) Eu acho que não tem incentivo pra gente procurar, a gente nem sabe aonde ir, fica difícil participar. (feminino, GD4, plenária)

Eu não procurei, mas também ninguém procura. (feminino, GD4, plenária)

Embora se considere a necessidade de relativização de tais falas (alguns espaços existem, com práticas interessantes), ainda assim, não podem ser desconsideradas. Essa falta de espaços, articulada aos óbices financeiros e de sobrevivência material, ajudam a configurar um cenário da baixa participação da juventude na RMB.

Outro fator de incentivo (ou da falta de) são as concepções ou percepções dos(as) jovens sobre a eficiência desse tipo de participação, e ainda o grau de confiança nos(as) “políticos(as)” e na política, da forma como é exercida. Pensase como **incentivo para**, não apenas as ações em si, mas também os exemplos positivos ou negativos ou a forma como estas são percebidas pelos(as) jovens e, neste caso, o exemplo da política é essencialmente negativo.

E eu vou lhe dizer uma coisa, francamente, pra mim, a política já é totalmente desacreditada. (feminino, GD1, plenária)

Então, a partir do momento que tu entra numa ONG, organizações, sindicatos, tu passa a te privar um pouco da tua vida, pra ti participar de causas praticamente perdidas (...) Ninguém vai agir pra fazer alguma coisa a respeito (...) Fica difícil a participação dos jovens. Ainda mais no Brasil, que é o país mais corrupto do mundo. (masculino, GD4, plenária)

Sobre a frase “a maioria dos(as) políticos não representam os interesses da população”, 61,2% afirmam concordar totalmente e apenas 8,1% discordam totalmente.

62,6%, por sua vez, concordam totalmente que “a maioria dos(as) políticos só defendem seus interesses pessoais”.

Entretanto, 84,2% concordam totalmente com a necessidade de “abrir canais de diálogo entre os(as) cidadãos(ãs) e o governo”.

Para alguns(as), as mudanças não seriam papel da juventude e sim do governo, cabendo aos(às) jovens o papel de realizar competências individuais, como, por exemplo, a busca de inserção no mercado de trabalho, sendo essa uma forma de garantir a sobrevivência. O Caminho dessa construção individual e busca pela sobrevivência é incompatível com a organização coletiva, pois consome o tempo e não dá nenhum retorno, seja financeiro, de reconhecimento público ou de resultar em resolução dos problemas.

Por outro lado, aparece o discurso do descrédito, no qual os movimentos, as mobilizações, as lutas “*não dão em nada*”. Ao final, os(as) políticos(as) detêm o poder e fazem de acordo com suas próprias convicções e interesses. Os movimentos não têm força suficiente para controlar ou influenciar as ações dos governos e isso é apontado, inclusive, como a causa do afastamento dos movimentos sociais ou das organizações políticas: “*Já até fiz, mas não deu em nada*”.

Se a maior participação dos diferentes interesses na tomada de decisões coletivas se constitui num dos elementos da democracia – e uma das características da cidadania moderna é a ação coletiva de uma diversidade de sujeitos num confronto de influências sobre estas decisões –, então é possível dizer, grosso modo, que os(as) jovens da RMB estão fora desse processo de vivência cidadã, já que seus interesses não estão considerados no jogo do poder e suas práticas de participação se dão de forma extremamente restrita, ficando de fora do confronto da diversidade e da influência nas decisões.

Além disso, os resultados sobre participação parecem indicar que se tratam de formas mais institucionalizadas de organização (igreja, por exemplo) que, embora importantes do ponto de vista da experiência social, da convivência, da construção e fortalecimento de identidades juvenis, não representam, em sua maioria, organizações juvenis autônomas, uma vez que pode estar por trás do processo organizativo, um “poder adulto” institucionalizado, tratando-se, assim, mais de atividades preparadas para os(as) jovens do que por eles(as) ou mesmo com eles(as).

Assim, o cenário da participação, política, sobretudo, acaba sendo protagonizado por um pequeno e pouco representativo grupo de “líderes” ou “protetores(as)” [com uma crescente “safra” de jovens, filhos(as), netos(as) ou “afilhados(as)” de políticos(as) poderosos(as)], o que abre espaço para a corrupção e o clientelismo político, tão comum na sociedade brasileira, em especial nas regiões mais pobres.

Há, entretanto, aqueles(as) que encontram sentido no agrupamento ou organização como forma de influenciar decisões e melhorar suas condições de vida, uma “crença” que, ainda que talvez não seja completa, já que contraditoriamente eles(as) percebem que cada um(a) tem mesmo é que cuidar de seus interesses, de qualquer forma, os(as) instiga na proposição de Caminhos e logicamente, na proposição de condições.

Eu acho importante nós próprios lutarmos para mudar o país. Eu acho bacana porque, muitas das vezes, roubam nossos direitos e nós não fazemos nada. Acontece cada injustiça e a gente não sabe com quem falar o quê fazer, não sabe onde gritar pra dizer

que não tá concordando, então acho que é interessante a gente não ficar esperando por ninguém e sim correr atrás do que a gente quer pra mudar o mundo.

5.3 Motivações para a participação: caminhos e condições

Apesar da baixa participação, há que se enfatizar a existência de uma diversidade de atividades e formas de organização e atuação dos(as) jovens na esfera pública. Ainda que essa diversidade não encontre correspondência em termos de quantidade, é importante frisá-la como marca da criatividade, do interesse dos(as) jovens na busca de novas propostas de participação, inclusive com a disponibilidade de ocupar seu tempo livre com atividades voltadas para a convivência e organização de outros(as) jovens. Isso pode significar, por parte dos(as) jovens, uma percepção dos problemas que enfrentam e uma aposta no efeito de suas ações coletivas.

As demonstrações de adesão explicitam a abertura e receptividade dos(as) jovens às novas aprendizagens e às novas institucionalidades públicas. A juventude começa, ainda que de forma pouco intensa, a reivindicar e assumir um papel que permita mudar o quadro das lideranças políticas oligárquicas que atuam muito mais como profissionais dos cargos e menos como mandatários(as) da população regional.

5.3.1 Semelhanças e diferenças nas plenárias da tarde

A questão comum foi a percepção da **necessidade de participação**, a qual aparece expressa de formas variadas em cada Grupo de Diálogo, mas que pode ser resumida na frase do Grupo: *“Sim, a semelhança é que, todos querem ajudar de alguma forma, todos querem se envolver em algum grupo”* (feminino, GD3, plenária). (ver anexos 2 e 3). A convergência que marca a identificação de “apenas uma semelhança” nas plenárias da tarde pode, possivelmente ser explicada, pelo fato de que, à tarde, depois de todo um processo de Diálogo em Grupo, a opção é mais categórica, acabam por traduzir “uma vontade” dos(as) jovens, como que dissessem: *“Eu topo”*. Aliás, a sensação que se tem é exatamente essa: se naquele momento houvesse um convite mais concreto e formal, a adesão seria grande.

Essa percepção é marcada mais pelo reconhecimento da possibilidade de participação e de exercer influência nas decisões. Esse aspecto é certamente direcionado pela questão da tarde *“Pensando no que vocês listaram pela manhã, sobre o que deve melhorar na educação, trabalho, cultura e lazer, como vocês estão dispostos(as) a participar para que essas melhorias se tornem realidade?”* e pela leitura mais atenta dos Cadernos. Os(as) jovens conseguiram pessoalizar suas posições e discutir amplamente as opções que estavam dispostos(as) a fazer. A fecundidade e a seriedade das posturas assumidas nos Grupos de Diálogo, se não tiveram como efeito a inserção imediata em processos de grupalização, certamente funcionaram como um ímã em relação a curiosidade participativa dos(as) jovens.

Diferentemente, mas sob a influência dos Diálogos da manhã, quando a tônica foi a denúncia e os desabafos, nas plenárias da tarde aconteceram verdadeiros *insights* de desejo de ação política do tipo “caiu a ficha”, “é preciso fazer alguma coisa”, ou ainda “eu posso fazer alguma coisa”. (masculino, GD1, plenária)

Um primeiro sentido bastante enfatizado é da importância do Grupo como espaço de desenvolvimento e participação do(a) jovem, seja pela via dos benefícios pessoais (desinibição), éticos ou de desenvolvimento de habilidades de tolerância e convivência social (sociabilidade, convivência e valorização da diferença), seja para aprender mais, se informar, espaço para buscar conhecimento e informação. Em outras palavras, a participação em grupos passa tanto pela construção da autonomia quanto pela formação de capital cultural e principalmente político. Nesse sentido, ainda, o grupo é importante para conjugar as distintas juventudes e suas diversidades.

Na participação de grupos, os jovens conhecem outras pessoas, deixando de lado sentimento de solidão, preconceito, compartilham necessidades, interesses e idéias comuns. É como a gente tá aqui, né?, reunidos. Todo mundo procurando idéias novas, falam o que pensam, dando idéias do que a gente quer, né?, pro nosso mundo melhor. (feminino, GD3, plenária)

A gente aprende que ser diferente é normal. (feminino, GD1, plenária)

Ainda que, a princípio, essas falas revelem uma postura mais passiva, de espera, de que o espaço de participação seja dado, aberto por um elemento externo (que pode ser o governo ou a escola, por exemplo), o que se percebe, a partir dos extratos de discursos é, sem dúvida, uma necessidade imperativa de se fazer ouvir e de que suas idéias chegar até aos(as) decisores(as). Não se trata apenas de reivindicação por espaços para por para fora angústias e insatisfações. Em nenhum momento esses trechos parecem demandar montagens de ações isdadas ou assistenciais. Ao contrário, falam de desempenhar um papel importante no futuro, de saber, de ter a certeza de que seus votos não serão desperdiçados, dizer que mundo querem ajudar a construir.

Enfatizam a participação em grupos como fundamental para desenvolver potenciais intelectuais, artísticos, éticos, reconhecer e assegurar a liberdade de expressão e ação de sua geração (e também das futuras). Falam de aprender a ser responsável na promoção do bem comum para, a partir daí, chegar até os(as) tomadores(as) de decisão de uma forma mais competente e estratégica.

Tem que aprender um pouco sobre política pra poder estar ali falando também, como hoje, a gente ainda não sabia quase nada, mas agora a gente já tem uma noção de tudo isso que a gente aprendeu hoje aqui. (feminino, GD3, plenária)

Sendo assim, não serão mais influenciados pelos adultos ou políticos mal-intencionados, chegando a desperdiçar seu voto. (feminino, GD3, plenária)

Há, sem dúvida, um resíduo de um modelo tutelar do Estado que tradicionalmente marca as organizações brasileiras e, em particular, das Regiões Norte e Nordeste, que lidam com

segmentos sociais mais empobrecidos. Desse modo, não é de se estranhar que os(as) jovens “esperem” que o espaço de participação seja “concedido”, entretanto, a urgência em se tornarem atores estratégicos na definição e no acompanhamento das políticas e decisões também demonstra uma insatisfação com as condutas viciantes e viciadas, armadilhas históricas na relação entre Estado e sociedade no Brasil. Além disso, está implícito nas afirmações o reconhecimento da necessidade de saber mais, de construir condições, através da informação para participar e se fazer ouvir.

Duas necessidades parecem se constituir, de acordo com os(as) jovens, em requisitos para a participação: o agrupar-se, significando possivelmente, além da possibilidade de perder a timidez, aprender a falar, a conquista de um poder maior do coletivo sobre o individual e a colocação do conhecimento e informação como grandes aliados na participação. A “competência”, a informação, o poder do conhecimento aparecem como instrumentos de “libertação” da influência ou do jugo dos(as) políticos(as) ou adultos(as) manipuladores(as). A idéia de participação expressa inclui, além do voto, as possibilidades de expressão, dizer o mundo que querem ajudar a construir.

Um aspecto importante é a receptividade dos(as) jovens, à idéia que, de forma implícita, está presente nos Grupos de Diálogo, o despertar para a participação, ainda que este não seja objetivo da metodologia utilizada. Essa acabou sendo a percepção de alguns(mas) participantes, como mostra a fala de um jovem no subgrupo: *“pra mim, o objetivo deste encontro é conscientizar o jovem de que ele precisa agir”*. A realização dos Grupos de Diálogo acabou funcionando como uma demonstração dessa possibilidade (das possibilidades) de participação, a qual teve a adesão imediata dos(as) jovens, ao perceberem e tentarem convencer os(as) demais de que o Caminho da organização pode valer a pena.

Depois desse encontro, algumas pessoas se disponibilizassem a fazer um grupo, a gente ajudar uma comunidade. A gente ia começando aos poucos, porque ninguém começa logo de cima. Então, assim, é como a gente também elogiou um pouco ser voluntário, a gente consegue bastante objetivo.

Os Diálogos em plenária provocaram uma profunda interação das diferentes opiniões sobre três Caminhos Participativos e sobre as razões que justificaram a escolha por um deles. As discussões em torno da validade ou não das lutas por direitos, por melhores condições de vida e das conquistas resultantes dessas mobilizações, provocaram um debate acirrado, que polarizou entre a “pouca” validade prática ou efemeridade das conquistas, uma vez que não usufruem integralmente do direito de “meia entrada” e, as lutas das organizações comunitárias de bairro, segundo eles(as), sempre *“acabam não dando em nada”* e a defesa intransigente da efetividade das lutas no processo de garantia dos direitos.

5.3.2 Caminhos participativos – as argumentações, resistências e adesões

Os Diálogos nos Grupos à tarde iniciam ainda sob desejado impacto das discussões em torno das dificuldades relatadas na plenária da manhã, que foram decisivas para refletir sobre as escolhas dos Caminhos Participativos. Ao iniciarem as apresentações, os(as) jovens pareciam dar continuidade ao Diálogo da manhã: *“Ele deu certinho contra tudo o que a gente discutiu de manhã”*.

Para os jovens matar a fome de alguém, por exemplo, é algo passageiro, mas está ao alcance “real” de suas possibilidades de ação. É como se os jovens sentissem mais aptos ou com maiores condições de atuar neste caminho uma vez que ele exige condições ou requisitos que os jovens reconhecem “ter” para participar, além disso “fazer bem ao próximo” trás um sentimento de bem-estar, de dever cumprido, e, mais que isso, a sensação de promover a justiça “com as próprias mãos”.

A definição por um quarto Caminho foi a tendência nos subgrupos. A afirmação de que todos os Caminhos “são bons” foi unânime e veio freqüentemente acompanhada da idéia de que o **“o mais importante foi descobrir que posso fazer alguma coisa”**. 31,25% dos subgrupos optaram pela construção de um **quarto Caminho**, combinando partes de cada um dos três Caminhos sugeridos. O Caminho 2 (*“Sou voluntário e faço a diferença”*) foi a segunda opção, com 25%, seguido do Caminho 1 (*“Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta”*), com 18,75%. O Caminho 3 (*“Eu e meu grupo: nós damos o recado”*) obteve a menor adesão, com 12,5%.

O Caminho do voluntariado é, sem dúvida, o Caminho mais bem avaliado ou o preferido. Além de ser o Caminho que aparece como o segundo lugar nas opções dos subgrupos é também o que aparece em todos os Caminhos “combinados” (quarto Caminho). Um dos aspectos que parece contribuir para essa preferência é a possibilidade de contribuir concretamente para solucionar os problemas mais imediatos da população, no qual também identificam um retorno imediato de sua ação.

A gente queria mobilizar os grupos, um grande grupo, assim, bastante pessoas mesmo pra fazer isso, visitar os hospitais como tentando solucionar os problemas dos doentes, não como médicos profissionais, mas, levando conforto, ajuda alimentar. E no caso do analfabetismo, que é muito grande aqui no Brasil, principalmente de pessoas adultas. Como solucionar esse problema do analfabetismo? Solucionar, indo tentar passar pra eles o que a gente já sabe. (masculino, GD1, plenária)

Nós escolhemos esse Caminho porque nós achamos que é um Caminho justo, e até mesmo porque quatro dos cinco do nosso grupo já trabalham voluntariamente. (feminino, GD1, plenária)

Então a gente tem que batalhar, gente, tem que fazer alguma coisa. E eu, eu já me disponho a isso e continuo disposta a fazer o que tiver ao meu alcance pra ajudar o meu próximo. (feminino, GD1, plenária)

Na defesa do voluntariado, os(as) jovens também usaram os argumentos das possibilidades de obtenção de ganhos pessoais, em especial a possibilidade de preparo e

experiência profissional que lhes amplie as chances no mercado de trabalho, tendo em vista que a **falta de oportunidade** em relação ao trabalho foi um foco de discussão importante na plenária da manhã.

É o envolvimento em ações voluntárias, possibilitará aos jovens refletirem sua vida profissional e social ampliando suas chances de conhecer o emprego melhor. Esse é entra no caso do desemprego que nós colocamos e apoiamos esse caminho porque é com os envolvimento em coisas voluntárias os jovens têm uma experiência em trabalhos.(feminino, GD3, plenária)

Uma idéia implícita à noção de participação para os(as) jovens não é percebê-la como via de construção de mudanças estruturais na sociedade, mas como forma de preparar a sua própria inserção na sociedade tal como ela está, e ainda a de que qualquer oportunidade de melhorar as chances de inserção pode valer a pena.

Se, para alguns(mas) dos(as) jovens, foi mais fácil definir as opções como no caso dos que têm experiência de participação, para outros(as) (talvez a maioria) as opções pelos Caminhos foram construídas (ou confirmadas) nos Diálogos nos subgrupos, motivadas pela leitura dos Cadernos ou os comentários dos(as) parceiros(as), como nos exemplo: *‘interessante, acho que vou ser voluntária’* ou *‘nunca tinha pensado nisso antes’* (feminino, GD1, plenária).

Como era de se esperar, algumas as idéias construídas nos subgrupos que foram decisivas para a definição (ou não) por determinado Caminho e não foram colocadas em pauta durante as plenárias. Um exemplo é a relação entre **trabalho voluntário** e **acúmulo de experiência**: *“Se você for voluntário já pesa um pouco no currículo”*. Outra idéia interessante diz respeito às possíveis causas para o não engajamento em ações voluntárias, uma se refere à necessidade de um número grande de pessoas para *“fazer o trabalho funcionar”* e, a outra, é um certo medo ou constrangimento em tomar a frente de alguma ação que não seja bem recebida ou entendida pelos(as) supostos(as) beneficiários(as): *“Vamos fazer campanha de arrecadação de alimento. Aí o cara diz: ‘tu tá doido?’. Eu não tô passando fome. A primeira coisa que bate é a vergonha”*. (masculino, GD4, plenária). Na verdade, essas expressões de receio traduzem a prevenção natural contra a “angústia do insucesso” presente não apenas nos segmentos mais jovens, mas na sociedade contemporânea de um modo geral, geradora de conformismos.

Nos subgrupos, os(as) jovens também afirmam a necessidade de maturidade para assumir tarefas desse tipo (voluntárias), principalmente quando pensam nas conseqüências dessa escolha ou naquilo que precisam abrir mão no seu cotidiano para de fato assumir as ações exigidas pelo trabalho voluntário. Além disso, também ponderam ausência de recompensas financeiras: *“O jovem, pra ser voluntário, tem que ser uma pessoa que tem maturidade mesmo, porque precisa abrir mão de muitas coisas”*; *“Tu só não pode ir ser voluntário esperando por retribuição, você recebe retribuição, mas não em dinheiro”* (masculino, GD4, plenária).

O Caminho do voluntariado, da mesma forma que revela maior poder de mobilização, é também o que mobiliza a maior quantidade de discordâncias ou opiniões contrárias,

Em contrapartida, o Caminho 2 também é o principal alvo de críticas e resistências, que aparecem sob a forma da diferença nas plenárias da tarde **“O voluntariado ajuda ou não a mudar a situação?”**.

As principais críticas ao Caminho recaem principalmente sobre o aspecto da sua “pouca eficácia” em mudar a situação vivenciada e no fato de que ações voluntárias acabam por assumir funções que são do governo, fazendo com que este “cruze os braços” diante das demandas sociais da população. Nesse sentido, a opção por Caminhos mais direcionados para a participação e para a ação política da juventude foi afirmada como a mais eficaz em termos de pressão e controle por reformas mais bem estruturadas para as questões apresentadas pela manhã, mas, principalmente, como a forma mais direta de chegar às instâncias decisórias do governo.

Nós tratamos do Caminho 1. Porque o segundo Caminho, ele não retrata, pelo menos pra nós, ele não ajuda praticamente em nada a mudar a situação em que o Brasil se encontra. Pelo contrário, faz como os governantes se acomodem, fiquem acomodados em fazer coisas que eles deveriam estar fazendo, e a população, que já vive em salários de miséria, ter que dividir com seu próximo. É uma ação muito linda, mas (...) isso não vai contribuir pra criar novos espaços. (feminino, GD1, plenária)

O Caminho 1 é mais viável, pois precisamos de soluções imediatas, ou seja, nos engajarmos em instituições políticas, porque esta é uma forma direta de pressionarmos o governo a favor de nossos direitos (...) É uma forma de conquistar nossos interesses, como: educação, trabalho, cultura e lazer. (feminino, GD1, plenária)

Apesar do distanciamento dos(as) jovens das formas mais diretas de participação política, como demonstrado na seção anterior, há claramente a crença dos(as) jovens no seu potencial participativo e na viabilidade deste como instrumento de controle, de pressão.

O texto mostra uma relação estreita entre a participação da juventude e a luta ou a conquista do investimento necessário, e profundamente discutido na plenária da manhã, nas políticas de educação, trabalho e cultura e lazer. Isso demonstra que os Diálogos da manhã, além de um momento de denúncia das situações de exclusão, significaram também um momento de percepção e reconhecimento do papel de cada jovem na busca ou superação coletiva dos problemas enfrentados.

Há a marca da pressa, da urgência na resolução dos problemas, o que pode ser entendido tanto como um traço da juventude, dessa etapa de transitoriedade e de avidez por inovações e mudanças [daí a dificuldade das instituições socializadoras, principalmente a escola, de inculcar normas de comportamento pacífico nos(as) jovens], quanto pela urgência em mudar as próprias condições já “insuportáveis” de vida: **“O Caminho 2 é bonito, mas é muito lento”**; **“É o Caminho que vai nos levar assim diretamente ao governo, mostrar com nossas palavras com nossos gritos, se for preciso, o que nós queremos”** (feminino, GD1, Plenária). Em outras palavras, além de se pensar a juventude como uma etapa da vida propensa à busca de mudanças e à incorporação de inovações, também a situação concreta de vida destes(as) jovens os coloca

numa situação limite, de reconhecimento de que suas estratégias de sobrevivência já se esgotaram, daí então *“Não é mais possível continuar do jeito que está”* (masculino, GD1, plenária).

Os argumentos (a favor e contra) são incorporados de forma consistente na defesa do Caminho escolhido, assim como na contraposição desse com os outros Caminhos. *“Isso faz com que os governos até fujam de sua responsabilidade”, “O Caminho 3, nós discordamos porque... é um Caminho muito bom, só que é através de músicas, de teatro, dança, expressão corporal. O governo não atenta muito pra isso, parece uma forma muito subjetiva, parece que ao mesmo tempo, que eles ‘tão protestando, de uma forma tão alegre, tão espontânea, parece que eles estão acomodados com isso”* (feminino, GD1, plenária).

A descrença nas instituições políticas é o principal argumento utilizado pelos(as) jovens contra o Caminho do engajamento político. Os(as) jovens parecem confiar em si mesmos(as), fazer o que puderem ao invés de confiar nas soluções governamentais. *“Não é que a gente queira resolver ou tapar o sol com a peneira, ou fazer uma coisa do governo, que era pra ele fazer, mas ele não faz. Todo mundo sabe que a gente tem esse direito, que tem essas verbas, que era pra gente não precisar, estar fazendo isso por essas pessoas, mas só que o governo, ele não toma a frente disso. Quer dizer, ele vai deixando de lado, e é justamente por isso que existem as pessoas chamadas voluntárias, porque o governo já deixou de lado essas pessoas. E eu vou lhe dizer uma coisa, francamente, pra mim, a política já é totalmente desacreditada.”* (feminino, GD1, plenária)

Há a cobrança de uma ação mais afirmativa do governo por um lado, mas há também uma falta de aposta nessa ação, a qual aparece de forma muito enfática no extrato de discurso acima, no qual a jovem afirma a necessidade das ações voluntárias porque há uma parcela da população **totalmente** (ou absolutamente) abandonada pelo governo, na qual as ações do poder público sequer chegam. Além disso, a jovem denuncia a prática de corrupção na política e a tendência à perpetuação da situação.

Os(as) jovens também evidenciaram uma expectativa de que eles(as), com sua juventude e sua moral diferenciada, se não ingênua, pelo menos não contaminada, podem contribuir, sim, para que uma mudança se estabeleça. Há que se ressaltar que essas falas, digamos “idealistas”, foram bastante aplaudidas nos Grupos.

Como nós já vimos, a realidade do mundo hoje, dos políticos de hoje, nós achamos que nós não vamos ser que nem eles, entendeu? Nós não vamos praticar a corrupção (...) As pessoas podem pensar assim: ‘já que eles roubam, a gente também pode roubar’. (...) Mas se a gente tá criando um partido político, se nós somos jovens, nós queremos o nosso futuro (...) Então eu acho que, se você criar um partido político, (...) um grêmio na escola (...), você está apto a debater contra os adultos (...) Nós temos o pensamento que nós devemos fazer o certo, nós vamos lutar de uma forma digna, limpa, né?, sem corrupção. (masculino, GD1, plenária)

Há, entretanto, posicionamentos nos subgrupos descrentes quanto a quaisquer formas de envolvimento político da juventude em função dos entraves burocráticos (ou formais) de acesso à participação, dando lugar à adesão tentadora (no sentido literal, e não irônico do termo) ao discurso conformista do “cada um(a) por si”:

Outro ponto de destaque é a baixa adesão ao **Caminho 3** que, a princípio, parece ser a forma mais “genuína” de organização da juventude, que embora não tenha necessariamente em sua origem a intenção de uma ação transformadora ou de luta por direitos, acaba tendo impactos na sociedade. Esta certamente não foi a compreensão dos(as) jovens, ou talvez não foi o entendimento despertado pelo conteúdo tal como escrito no **Roteiro de Diálogo**, conforme ilustra o trecho seguinte:

O Caminho 3 é um Caminho muito bom, só que é pra ser de uma forma através de músicas, de teatro, e de dança, expressão corporal. O governo não atenta muito pra isso, né? Por quê? Porque o que parece é que é uma forma muito subjetiva, parece que eles' tão protestando, mas ao mesmo tempo, por ser de uma forma tão alegre, tão espontânea, parece que eles estão acomodados com isso... (feminino, GD1, plenária)

De qualquer modo, os(as) jovens parecem ter visto o Caminho 3 como pouco eficiente no sentido de dar conta dos problemas e questões apontados pela manhã. Esse Caminho foi associado ao lazer, ao entretenimento e, apesar de importante e “bonito”, do ponto de vista estético para a exibição pública, não representa uma forma de protesto “digna de crédito” por parte dos(as) governantes. Não é, portanto, uma via de disputa de poder. Ressalte-se que, nos diversos encontros, havia jovens integrantes de bandas musicais, grupos folclóricos ou de teatro, mas ainda assim, o sentido do impacto social desse tipo de organização não foi expresso nas falas, denotando não ser esse o objetivo principal quando aderem aos chamados “grupos culturais” (esportivos, artísticos, musicais).

Eu me engajo, sou voluntário(a), nós damos o recado”

Os(as) jovens fundem os Caminhos argumentando a insuficiência das estratégias de cada um dos Caminhos isoladamente. Talvez uma alusão ao fato de que o cenário político e econômico é tão complexo ou problemático que nenhuma forma de participação isolada dará conta de transformá-lo, ou ainda a de que cada problema exige uma resposta imediata e diferenciada. A percepção da fusão de estratégias aparece claramente estampada nos títulos dos novos Caminhos e nas argumentações.

A partir da fusão, os(as) jovens ensaiam esta tentativa de definir os passos ou procedimentos necessários para a participação, mas parecem se perder um pouco na costura dos Caminhos. O que fica claro, contudo, é um mergulho nessa tentativa, o esforço ou a disposição ou disponibilidade de tomada de atitude, ao pensar os passos que estão dispostos a dar para que esses Caminhos se concretizem.

Em síntese, os(as) jovens deixam claro que cada Caminho pode ser apropriado a um tipo de problema. Entretanto, percebe-se uma dificuldade na definição dos Caminhos necessários para descrever como efetivamente eles se concretizariam.

As adesões aos Caminhos de Participação vêm acompanhadas do convite, da tentativa de sensibilização dos(as) demais: ***“Político só fala, fala e não faz nada. Se nós todos nos mobilizarmos num grupo, a gente iria fazer alguma coisa. Se nós aqui pudéssemos, eu pelo menos to com vontade de ser voluntária”*** (feminino, GD1, subgrupo).

A confiança e disposição são ressaltadas também nas respostas às problematizações das facilitadoras durante as plenárias. De forma geral, essas respostas demonstraram que os(as) jovens conseguiram fazer o exercício de reflexão mais íntima, pensando no que, de fato, eles(as) estão dispostos a fazer e, ainda, pensar nas conseqüências das suas escolhas, mesmo que, é bom que se diga novamente, não haja a garantia de que essa “empolgação” do momento possa resistir além das oito horas do Dia de Diálogo. Vale também ressaltar que essa resposta foi significativamente mais produtiva ou mais aprofundada no Grupo com experiência prévia de participação. Nesse grupo, a adesão ao Caminho do voluntariado foi expressiva [também porque já é a ação de vários(as) participantes], mas foi também bastante confrontada com o subgrupo que escolheu o Caminho 1 e, nesse momento, foi possível identificar a consistência da escolha dos dois subgrupos pelo diálogo travado entre eles.

Quando questionados(as) sobre a forma pela qual o trabalho voluntário resolve os grandes problemas apresentados pela manhã, e se eles(as) estavam mesmo dispostos a participar de ações cuja obrigação é do governo, as reflexões e respostas foram imediatas, demonstrando clareza do que podem fazer e porque suas ações seriam necessárias.

Porque a solidariedade, ser voluntário, ela não é só na doação de alimentos, é na arrecadação de livros, na arrecadação de revistas, isso a gente achou que, muito isso vai contribuir na educação da sociedade, da população. É, agora a gente deixar o trabalho que é do governo pra gente resolver. (masculino, GD1, plenária)

As defesas deixam claro, em primeiro lugar, que a escolha foi refletida, e ainda, que percebem os “contras” dos Caminhos, mas que percebem também que é possível fazer diferente, por exemplo, um voluntariado combinado com participação política, com engajamento em ações que possibilitem tanto a ajuda material imediata quanto a preparação para o exercício do voto ou para a fiscalização e controle da ação dos governos. Ainda que as explicações, por vezes, não apareçam de forma clara, elas sempre apontam para um jeito de fazer e sempre enfatizam bastante que cada fala ou reflexão não se refere a um(a) jovem fictício(a), abstrato(a), mas está se

referindo a ele(a) mesmo, é para ele(e) que ele(a) pensa o Caminho. Atitudes como essas estão sempre bem presentes nos Diálogos nas plenárias quando da necessidade de “defesa” dos Caminhos escolhidos.

Porque se você tentar fazer uma coisa só, não tem...você não vai poder é ganhar, não existe resistência contra a força. Então o que eu quero dizer é que, você tendo parcerias, é muito mais fácil você conquistar o seu objetivo. Você tem mais chances de ajudar o próximo, você só, você não vai poder fazer por dez, o máximo que você vai fazer é por um e já você tendo parceria, em vez de você fazer por um, você faz por dois, por três, por quatro. (masculino, GD1, plenária)

Mas eu tenho certeza que se o Brasil inteiro fizesse realmente uma mobilização voluntária, tivesse o apoio de empresas, eu acho que acabaria a fome muito mais rápido do que um presidente só tentando acabar. (feminino, GD1, plenária)

Os(as) jovens também avançam nas reflexões pessoais dos *trade-offs*⁷. Além das argumentações mais centradas nas características ou estratégias de cada Caminho proposto, os(as) jovens também refletem posturas e valores pessoais que estarão em jogo e serão confrontados nos diversos processos de participação. Há a clareza de que terão de abrir mão de opiniões e atitudes, embora também admitam que as divergências poderão provocar uma certa “indiferença” ou um empenho menor por uma ação ou causa com a qual não estariam totalmente de acordo. Há também a disposição clara de abrir mão do tempo livre.

Não. Eu concordo que vai ter as diferenças, mas se a gente, nós temos que aprender a conviver com as diferenças, em tudo vai ter diferenças. (feminino, GD3, plenária)

No caso eu tô estudando, eu não trabalho, mas como eu poderia ajudar sendo voluntário nos meus tempos livres? Dessa maneira dava pra ajudar como voluntário, é, o quê que eu poderia, perderia no caso a minha folga porque eu tenho que trabalhar, entendeu? Então eu trabalharia como voluntário nas minhas horas vagas. (masculino, GD4, plenária)

Além das posturas sérias e reflexivas, os Diálogos possibilitaram a expressão de formas bastante interessantes de perceber a solidariedade. São falas carregadas de sinceridade e de uma profunda avidez por fazer alguma coisa, por engajar-se em um tipo de ação em que os resultados possam ser percebidos, sem necessariamente preocupar-se com o que seria mais “politicamente correto”. Nesse caso, o voluntariado pareceu a forma mais próxima de “colocar a mão na massa”, aquela que no momento eles(as) percebem que podem contribuir, se inserir.

A gente ver aquela família passando necessidade. Ver que aquela família não tem nada pra comer naquele dia. A gente não vai dizer ‘eu não vou fazer nada, que isso é trabalho do governo’. Isso daí é uma coisa muito cara-de-pau. Eu, podendo fazer, eu vou ter que fazer pra ajudar. (masculino, GD1 plenária)

Por fim, duas constatações são evidentes nos Diálogos entre os(as) jovens. Uma primeira é o apelo veemente da disposição de participação, de que as motivações existem e que quando as

⁷ Intercâmbio; na metodologia refere-se às trocas, àquilo que o(a) jovem está disposto(a) a abrir mão em função da participação.

vontades são mobilizadas a adesão acontece, ressalte-se que estes apelos vêm dos(as) próprios(as) jovens.

Nossa opinião aqui, cada um de nós, jovens, classe média ou baixa ou pobre, deveria parar mais de se esconder e contribuir diretamente para um país melhor, filiando-se a ONGs e a partidos políticos, já que somos conhecedores dos problemas das periferias e comunidades. (masculino, GD4, plenária)

A conclusão geral que a gente chegou e que os três Grupos são importantes, entendeu? Mas em tudo que a gente faz tem um lado bom e o ruim, então a gente tem que aproveitar o lado bom, eu acho que tem que ser feito uma reforma moral em nós, o povo brasileiro, que a gente olha muito pros nossos interesses e esquece o dos outros, então se a gente abrir mão um pouco do nosso egoísmo e se concentrar no objetivo sério, a gente consegue o que quer, com dificuldade ou não, a gente batalhando, a gente chega lá. (masculino, GD4, plenária)

Uma segunda constatação diz respeito à nítida consciência das dificuldades e problemas não apenas os(as) que os atingem mais diretamente (falta de educação, saúde, oportunidades de trabalho etc.), mas da conjuntura mais geral a qual esses problemas estão relacionados e ainda, a clareza da força que a ação coletiva pode ter no enfrentamento desses problemas, como mostrado na fala seguinte:

O governo só pára para nos escutar quando fazemos movimentos em massa, tipo Diretas Já durante a repressão militar, a ditadura militar, os estudantes foram pras ruas juntamente com os jovens e fizeram movimentos e deram a cara pra bater. Muita gente saiu ferida, até mesmo morta, muita gente foi extraditada, muita gente voltou com a lei da anistia, que foi uma coisa boa que aconteceu, e nós conseguimos, levou um tempo, né?, após 20 anos, nós conseguimos democracia. (feminino, GD5, plenária)

Por isso, é necessário, para os jovens, os grupos de ajuda, pois assim podem se instruir sobre os problemas da sociedade e os problemas políticos, então, hoje em dia, o jovem que pode se agrupar, né? (...) No grupo, eles já tão ali tendo como se expressar, saber o que falar, eles já vão saber, então no voto deles já não vai ser um voto inútil, já não vai mais ser dado aquele voto ali sem uma instrução. (feminino, GD3, plenária)

5.3.3 Comentários Finais: e ao final do Diálogo...

Pode-se dizer que esse momento, embora tenha evidenciado um cansaço natural depois de um Dia de Diálogo, foi revelador, principalmente, de vários aspectos importantes sobre a forma como os(as) jovens encararam o desafio do convite e dos sentimentos que esse Dia mobilizou nos(as) participantes. As críticas ao modelo de democracia e à ação dos governos emergiram de formas diferenciadas, algumas num tom mais duro: “que eles parem de roubar”; outras em tom mais brincalhão, mas todas tendo em comum a expressão do descontentamento, da falta e também da localização dos pontos que precisam ser “atacados” para que os problemas possam começar a ser resolvidos.

- 1) Um primeiro aspecto é o tom de seriedade das denúncias, revelando visão crítica e “atenhada” com os problemas e questões discutidas. Nos quatro Grupos realizados, com exceção de um jovem, que afirmou não ter nenhuma mensagem, todos os(as) outros(as), mais uma vez, apropriaram-se do microfone e, com muita seriedade, puderam expressar, na verdade denunciar, mais uma vez, a precariedade das suas condições de vida. Chamam especial atenção as falas relacionadas a cobranças de “atenção” ao povo, aos(às) jovens, à sociedade em geral, denotando o sentimento de descaso, de desvalorização ou de insignificância da população, dos(as) jovens de classes pobres especialmente, que se constituíram maioria nos GDs. Sob a reivindicação de atenção, estão concentradas todas as cobranças por políticas sociais e direitos já tão amplamente colocadas ao longo do Dia e nos dados quantitativos.
- 2) Há um forte descontentamento com os rumos do país e a forma de condução do processo político cuja marca tem sido a prática sistemática do clientelismo político e da corrupção. Há uma percepção clara de que o modelo de democracia vivenciado no país não contempla os interesses da maioria. Isso explica as repetidas asserções da necessidade de responsabilidade, dignidade e honestidade dos(as) governantes e políticos(as), asseverando que é preciso “ouvir mais”, “dar mais voz” à população. Nota-se a necessidade de ampliação da participação popular, mas que situa-se ainda numa visão de mão única. São os(as) governantes, os(as) políticos(as) que devem ouvir mais e não a própria sociedade organizar-se para cobrar, exigir, controlar.
- 3) Importante dar relevo ainda às exigências de investimento na educação, tema que aparece em terceiro lugar nas mensagens finais, e sempre complementado pela visão de ser esse direito fundamental para exercício de participação, para a conquista do lugar (da posição) de realmente influir nos rumos da sociedade. É como se a “intuição política” dos(as) jovens reconhecesse ser a escola o principal instrumento de que dispõem para apropriar-se das condições e referenciais que permitam interagir com o governo.
- 4) Apesar de o comando ser “mensagem para os(as) governantes”, os(as) jovens não se limitaram a fazer cobranças ou denunciar problemas ou condições de insatisfação, ao contrário, diversas manifestações apontaram para a responsabilidade coletiva, constituíram chamados aos(às) jovens e à sociedade em geral para o exercício de um papel e um espaço que deve ser ocupado, preenchido pela sociedade civil. As manifestações de incentivo, de convocação para a organização reiteram a disposição para a participação dos(as) jovens, aspecto já mencionado neste relatório.
- 5) Além das denúncias ou chamadas de atenção aos(às) tomadores(as) de decisão, os(as) jovens utilizaram o momento dos comentários finais para exprimir suas avaliações sobre o Dia e as sensações mobilizadas pelos Diálogos dos quais participaram. De forma geral, as questões mais significativas foram:

- a) Para a maioria, o que de mais importante aconteceu foi a possibilidade de conhecer as pessoas: *“Adorei o convite, adorei mesmo é bom conhecer vocês, muito legal hoje, passei uma tarde muito feliz, é sério, entendeu?, conhecendo vocês, e é bom a gente conhecer os jovens né? Daqui sabe pra onde eu vou? Daqui eu vou falar pros meus colegas, eu vou falar pra eles, ‘olha, muito bom, adorei os jovens de lá, falamos sobre política, sobre educação’... entendeu?, adorei mesmo, sério, obrigado!”* (masculino, GD3, plenária).
- b) A reflexão ou a clareza de que essa convivência às vezes vai exigir concessões, tolerância etc. Dessa forma, o exercício do respeito à diversidade, à diferença também é revelado como importante produto do pertencimento aos grupos, condição para que o objetivo destes possa ser alcançado: *“O que aconteceu de mais importante pra mim, hoje, foi a questão de aprender a dialogar com pessoas de diferentes classes, gêneros, né? As pessoas, elas são opiniosas e nós temos que suportar umas às outras. Uma hora eu falei que ‘tava havendo discussão, e não diálogo. Então a gente tem que ter um objetivo pra que a gente possa mandar pra lá, né?, pros homens.”* (feminino, GD1, plenária).
- c) Nesse exercício, o desenho metodológico foi fundamental. Os(as) jovens ressaltam essa importância quando deixam claro que a proposta metodológica foi não apenas compreendida, mas incorporada: *“O que aconteceu de mais importante hoje, eu acho que foi a questão de nós sentarmos nos grupos e de nós entrarmos num consenso do que vai ser melhor. E também nós entramos, é, em consenso, esse grupo aqui maior, né?, são de todas as pessoas de diferentes opiniões, independente de diferentes classes, né? Mas nós entramos em um consenso, que foi apenas de melhorar o Brasil de hoje. Nós podemos ajudar o Brasil de hoje, né? Então, acho que de mais importante foi isso. Nós aprendemos a dialogar, um pouquinho, mas aprendemos. Nós aprendemos a ouvir a proposta do outro, né? Como diz ali, nós temos que... é, o diálogo, né?, ele não critica a opinião do outro. Ele vê no outro que a minha opinião, ela se encaixa com a tua, ou ela complementa a minha. Eu acho que de mais importante ficou isso.”* (masculino, GD1, plenária).
- d) Reconhecendo a importância do Diálogo, os(as) jovens “tomam emprestado” as estratégias da metodologia para recomendar a adoção dos mesmos procedimentos aos(as) tomadores(as) de decisão: *“Eu achei, assim, que de mais importante é, foi o fato de, acho que todos, né?, aprendemos a diferença entre dialogar e disputar,*

quando na verdade, todos aqui, é, queremos um único objetivo. E, assim, a mensagem que eu deixo, né?, é que as pessoas que tomam as decisões no país, né?, que elas possam aprender a trabalhar em conjunto, com aquelas pessoas que estão dispostas a melhorar o país, que, assim, a gente vai conseguir com certeza". (feminino, GD1, plenária).

- e) Outro ponto de destaque foi o aprendizado. O Dia de Diálogo funcionou como espaço de formação também, uma vez que recorrentemente expressaram que aprenderam muito sobre temas que não “sabiam tanto”: *“O que eu mais gostei, foi assim, de ter aprendido mais sobre a política.”* (feminino, GD3, plenária); *“Eu gostei de passar esse sábado aqui, com a galera debatendo sobre política.”* (masculino, GD3, plenária); *“O que eu mais gostei foi de ter conhecido várias pessoas de várias localidades, ter debatido assuntos que eu ainda não sabia e agora que eu já tenho conhecimento.”* (feminino, GD3, plenária).

- f) A tomada de consciência de que eles(as) também têm algo a ensinar, que o Diálogo foi uma troca, também foi muito enfatizada:

Na verdade, eu fui pega de surpresa, né? Na verdade, eu nem sabia que eu tinha tanto conhecimento sobre esse assunto, e hoje aqui eu falei bastante, e eu aprendi mais ainda com vocês também, eu aprendi, porque eu não sabia que eu tinha tudo isso, eu aprendi comigo mesma, o que hoje eu fiz aqui eu aprendi muito que eu sabia fazer, só que foi preciso um começo, foi preciso alguém me buscar, assim, alguém me incentivar, como foi essa equipe maravilhosa aqui que deu todo esse apoio, então hoje eu agradeço a vocês, agradeço por todos que estão aqui, que também me ajudaram. (feminino, GD1, plenária)

O mais importante aqui foi o conhecimento que a gente recebeu de cada um, porque cada comentário feito por um é um conhecimento pra gente, pra gente aprimorar nossas idéias. (feminino, GD4, plenária).

- g) Juntamente com o acesso às informações, aparece também um sentimento de valorização da importância do papel que têm a ocupar. Em síntese, o despertar de uma consciência participativa.

O que aconteceu de mais importante pra mim, aqui, hoje, é que eu aprendi a... a forma ou as formas que eu vou utilizar para que eu possa não, talvez, não mudar o Brasil, mas fazer o possível pra que ele melhore né? (feminino, GD1, plenária)

O que eu aprendi aqui que, sou importante (risos) pra sociedade e que se eu for um pouco solidário, eu com as pessoas, acho que eu vou chegar em algo, em

algum objetivo, porque na verdade todos nós somos importantes de uma certa forma. (masculino, GD1, plenária)

O que aconteceu de mais importante hoje pra mim que, eu aprendi a lutar pelo nosso país, né?, que é um país rico mais com pouco investimento. (masculino, GD1, plenária)

O que aconteceu aqui de mais importante, foi a... o despertar de que eu tenho que me preocupar com a condição do meu país e esquecer um pouquinho que eu só tenho problema em casa. E pensar que agora, depois dessas várias discussões, eu já sei o caminho, já sei então por onde ir, então eu tenho alguma coisa agora pra poder fazer com que ele melhore. (feminino, GD1, plenária)

- h) Expectativas quanto aos resultados da pesquisa também são manifestadas. Ainda que as falas também denotem a clareza dos limites da pesquisa em influenciar os(as) tomadores(as) de decisão, também ressaltam a crença na seriedade do trabalho. As atividades do Dia foram feitas acreditando que “alguém vai ouvir o que nós dissemos”.

O que aconteceu aqui de mais importante, pra mim, foi que, é, essa nossa reunião aqui, mesmo que seja, como é, menor como for, mas, vai mudar alguma coisa, porque vai ser mandado pra lá. De pouquinho, pouquinho, a gente chega lá. (masculino, GD1, plenária)

6. Conclusões

Um argumento tantas vezes repetido aos(às) jovens durante os Grupos de Diálogo insiste em tomar corpo neste texto de finalização: não há decisão que não seja arriscada e que não induza à perda. Porém, quem está imerso nos momentos sociais sabe que sempre é possível assumir melhor e mais facilmente o *contra* que o *a favor*.

Uma questão colocada desde o início pela pesquisa é não somente a investigação das formas através das quais a juventude participa da vida pública, mas principalmente descobrir as possibilidades ou as motivações para essa participação, o que em outras palavras significa refletir sobre as diferentes maneiras como os(as) jovens pensam participação.

Mostrar e mesmo surpreender os(as) jovens com três Caminhos sistematizados conceitualmente, que lhes possibilitassem uma escolha e, mais que isso, a construção de um ou mais formatos híbridos de participação é uma experiência que difere em significados e sentidos das muitas miragens sedutoras disponibilizadas para este segmento social na contemporaneidade.

Para os(as) jovens da RMB, participar de grupos é, antes de tudo, uma das formas de sair de um estado individualista, pré-corporativo, buscando a inserção numa “sociabilidade redentora”, capaz de lhes proporcionar abertura de horizontes e caminhos de emancipação.

As experiências concretas de participação são poucas; em compensação, muitas são as evidências do entusiasmo despertado pela possibilidade de participar: as “caídas de fichas” relativas à descoberta do potencial participativo; as convocatórias para “*nos juntarmos, formar um grupo*”, repetidas em praticamente todos os Grupos de Diálogo, as defesas contundentes dos Caminhos de Participação escolhidos e, não por último, a curiosidade despertada pelos cursos e oficinas oferecidos pela Unipop e o modo como, ao ler o fôlder, tentavam insistentemente “caber” dentro das vagas, horários e datas, cujos temas, não por acaso, giram em torno da justiça social, formação política e socioambiental, iniciação teatral, dentre outros.

Foram inúmeras demonstrações claras de uma necessidade, quase incontida, de prolongar o momento dos Grupos de Diálogo, como se quisessem aproveitar as oportunidades despertadas e tomar uma atitude antes que seus efeitos “esfriassem”.

Todo esse interesse permite perceber o quanto o oferecimento de possibilidades de participação em atividades culturais, recreativas e político-formativas preenche o vazio deixado pelos partidos políticos, entidades estudantis e outras organizações mais específicas de formação política e desperta o interesse dos(as) jovens, desfazendo, de uma vez, a falácia da apatia.

Um mérito importante do processo empreendido nas duas etapas da pesquisa é exatamente a possibilidade do olhar multidimensional do fenômeno da participação da juventude. São vários aspectos que se intercambiam e que são diferencialmente “significados” pelos(as) jovens. Há os impedimentos de ordem socioeconômica, da falta de acesso, da ausência de

mecanismos de expressão e participação. Mas não simplesmente “carências” ou “ausências” são retratadas pelos dados da pesquisa. O cotejamento dos dados permite também perceber as formas pelas quais os(as) jovens processam e dão sentido às suas condições concretas de vida, como conseguem posicionar-se nestas ou diante destas. Essa tomada de posição, a clareza das buscas ou das convicções, são elementos importantes para a participação política e são elas que permitem, diante dos resultados, vislumbrar um novo cenário de participação.

A ausência de espaços concretos de participação denunciada pelos(as) jovens ou revelada pelos números da “não participação” conflita com o desejo de engajamento em formas de fazer política diferentes das tradicionais (igreja, escola, entre outras), uma vez que estas tendem a dispensar um tratamento demasiado tutelar, tensionando mais ainda o processo de transição para a fase adulta com seus requerimentos de independência e individualização, elementos integrantes de uma participação protagonista.

Além disso, a não valorização por parte da sociedade e a falta de autonomia real ou pressuposta, induzem, de acordo com os(as) jovens, a uma submissão involuntária ao que é oferecido ou disponibilizado. Em síntese, os espaços tradicionais não mais se configuram em lugares de exercício da autonomia, e muito menos de sua conquista.

A disposição de participação alude ao desejo de fazer parte do mundo diversificado, dos novos sítios de lutas por mudanças. Assim, os registros de indignação, de críticas às instituições demonstram que muitos(as) jovens estão “tocando suas vidas”, para usar a expressão de Castro e Abramovay (2005: 60), sobrevivendo, construindo carreiras; jovens que, vivendo em áreas de pobreza, realizam projetos por sua conta ou com a colaboração de instituições ou estão envolvidos(as) em movimentos artísticos, ecológicos, político-partidários, que desempenham ações e mudam os sinais da vulnerabilidade diante das condições insuportáveis de pauperização em pleno crescimento a que estão submetidos na RMB.

Num contundente paradoxo, a falta de recursos pessoais ligados à situação de pobreza, impossibilita a atuação e inviabiliza a dedicação aos movimentos. Nesse sentido, as urgências requeridas pela sobrevivência competem com a potência desejante de participação.

Uma parte dos(as) jovens “opta” pela não participação “consciente”, uma vez que as práticas não os(as) atraem. A principal delas é a “participação de fachada”, uma vez que não têm real inserção nas instâncias de decisão das organizações mais formais, ou seja, são apenas instrumentos de manobra ou objetos de tutela, se protagonizarem “de fato” as ações. Evidentemente, essas críticas “abertas” à inutilidade da participação organizada ou institucional devem ser consideradas com cautela, pois elas também demonstram, através de seu forte conteúdo contestatório, a importância, às avessas, que estes instrumentos participativos ainda conservam, apesar das aparências indicarem o contrário.

A flutuação (e não cisão) entre as exigências individuais e o engajamento em causas coletivas não é exclusiva da geração atual, mas é certamente mais confusa diante da ausência de

modelos, imagens ou paradigmas nos quais possam amparar suas convicções, sentindo não apenas respaldo (ideológico, filosófico), mas principalmente segurança, uma vez que as suas vulnerabilidades são marcadas com todas as letras.

A corrupção, a desorganização e a fragmentação dos eventos e projetos que “não dão em nada” são argumentos contra a participação em qualquer nível. O descrédito é quanto às formas como as práticas têm se dado, em outras palavras, com a relação que tem se estabelecido entre o Estado e os(as) cidadãos(ãs). A rejeição é clara. Há outras formas de fazer política ou de participar na esfera política? Por isso, as **condições** vêm todas colocadas no sentido da *“não corrupção, da parceria, da não manipulação”*.

Um dos compromissos do trabalho em conjunto dos Grupos de Diálogo é que há o antídoto para o vício do desencanto *“(...) o diálogo deve vir sempre antes de uma decisão”*. A partilha do poder é uma forma de “corrigir” tal relação. A luta continua... com seus limites e horizontes.

Há também o reconhecimento da necessidade de formação, de instrumentalizar-se para poder “tocar” seus projetos de vida e construir condições ou competência de influir nas decisões. Os(as) jovens da RMB, ainda que considerando as condições de falência da escola e do ensino, concebem a educação como um direito, um campo valioso e um requisito essencial para o acesso a melhores condições de vida, trabalho, lazer e ação política. Mesmo as expressões aparentemente vagas quanto à importância de estudar (*“pra ser alguém na vida”, “ter um diploma”, “ganhar algum dinheiro”*) revelam a clareza de que a formação educativa ainda pode prepará-los(as) para a sua emancipação social, ainda que formulem essa crença de forma embrionária e muitas vezes contraditória. Expressam, possivelmente, sem o saber, a noção de conhecimento-emancipação a que se refere Boaventura Santos (1995). A informação, o saber mais, está claramente colocado nas falas dos(as) jovens como condição para uma participação mais efetiva.

Como afirma Pontual (2002), *“ampliar e aprofundar a democracia significa criar mecanismos para que ela corresponda aos interesses da ampla maioria da população e criar novas mediações institucionais que possibilitem que as decisões sobre o futuro sejam sempre decisões compartilhadas, baseadas no princípio da co-gestão da coisa pública”*. Essa afirmação pressupõe duas necessidades: de um lado, a criação de um novo pacto político com o Estado progressivamente publicizando as decisões, abrindo mecanismos de expressão e de participação da juventude, e de outro, uma juventude se organizando para assumir tais espaços, fortalecendo as formas de expressão existentes e criando novas formas de representatividade. Nesse processo, há que se reivindicar um forte papel para a educação, haja vista a importância que mecanismos educativos formais e não formais têm na construção desse poder da juventude, dessa autonomia.

Há um campo receptivo à convocação de vontades, verdadeiro sentido da palavra “mobilizar”. Os(as) jovens foram convocados(as) a esse exercício de diálogo, de compartilhamento de decisões, e responderam positivamente, dizendo dos caminhos que estão dispostos a seguir e das condições para isso. Essa disposição está bastante evidente na forma como o discurso “muda

de tom” ao longo do Dia de Diálogo. Os(as) jovens que começam o Diálogo falando da falta ou responsabilizando o governo, cobrando investimento, terminam esse Dia ainda cobrando a ação e investimentos governamentais e até mais, cobrando honestidade, transparência, competência no exercício do poder político. Mas também se vêem, descobrem potencialidades, assumem a postura de reivindicar ou assumir formas de “partilhar as decisões”. Descobrem um papel, parece que naquele momento, eles(as) assumem um compromisso com a realidade política. É preciso mais do que nunca que os espaços possam ser abertos, que as descobertas ou vontades possam ser potencializadas e os caminhos, concretizados. Esse esforço é necessariamente coletivo.

7. Bibliografia

- AQUINO, J. G. *Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno*. São Paulo: Summus, 1996.
- BRASLAVSKY, C. Os processos contemporâneos de mudanças da educação secundária na América Latina: análises de casos na América do Sul. In: Braslavsky, C. (org.). *A educação secundária: mudanças ou imutabilidade?*. UNESCO – Brasil. 2002.
- CASTRO, M. G. *Políticas Públicas por Identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes*.
- CASTRO, M. G. & Abramovay, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: Azevedo, F. P. *Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário – político do Centro de Estudos e Memória da Juventude*. São Paulo. Anita Garibaldi, 2005.
- NOVAES, R. & Vannuchi, P. (Orgs). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- Morin, E. (org.) *A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- PONTUAL, P. *O Processo Educativo no Orçamento Participativo*. Tese de doutoramento. PUC São Paulo. 2000.
- PEREGRINO, M. CARRANO, P. *Jovens e escola: compartilhando territórios e sentidos de presença*. Em questão 1: a escola e o mundo juvenil, experiências e reflexões. Ação Educativa. São Paulo, 2003.
- SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte, videocultura*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2004.
- SPÓSITO, M. *Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. Ação educativa. São Paulo, 2003.
- UNESCO. *Políticas Públicas de/para/com juventudes*. Brasília: 2004.
- TEIXEIRA, E. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo. Cortez. 2001.
- Fórum da Amazônia Oriental – FAOR. *Observatório da Cidadania N.º 02*. Belém – Pará. 2003.

8. Anexos

ANEXO 1:

1) Comentários Iniciais

1º Instrumento de Análise: Tabela 1 – Comentários Iniciais (Roteiro Quali, 2ª Parte, 1º Ponto)

Comentários Iniciais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	1º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	2º Grupo de Diálogo 15-24 (não houve)	Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	Totais por tema (%)
Descaso com a população	-	-	-		1	1 (1,06)
Violência	4	6	5		3	18 (15,95)
Prostituição/Abuso de menores	-	-	-		1	1 (1,06)
Gravidez na adolescência	-	-	-		1	1 (1,06)
Saúde pública	1	-	-		1	2 (2,12)
Pobreza/Miséria	1	-	-		4	5 (5,3)
Fome	3	7	1		2	13 (13,820)
Pichação	-	-	-		1	1 (1,06)
Emprego/Trabalho/Falta de oportunidade/Desemprego	2	4	4		2	12 (12,76)
Drogas na adolescência	4		-			4 (4,25)
Educação	2	4	3		2	11 (11,70)
Tempo ocioso dos(as) jovens	-	-	-		1	1 (1,06)
Política/Corrupção/Falta de consciência de governantes	1	-	1		1	3 (3,19)
Desigualdade social/Exclusão	3	1	5		1	10 (10,63)
Democracia	1	-	-		-	1 (1,06)
Discriminação/Preconceito/Racismo	2	-	3		-	5 (5,30)
Impunidade	-	-	1		-	1 (1,06)
Sociedade em geral/Brasil	-	-	2		-	2 (2,12)
Crianças abandonadas	-	-	1		-	1 (1,06)
Formação profissional	-	-	1		-	1 (1,06)

ANEXO 2:

2º Instrumento de Análise: Tabela 2 – Comentários Iniciais (Roteiro Quali, 2ª parte, 1º ponto)

Comentários Iniciais (temas/questões)	Grupos de Diálogo
TEMAS/QUESTÕES	Exemplos de falas dos(as) jovens que abordam esse/a tema/questão
<i>Violência</i>	<p>“Violência, que a cada dia cresce assustadoramente” (GD1)</p> <p>“É o fato de ter muita violência e também não podemos ter mais privilégios assim na sociedade” (GD3)</p> <p>“Dentre os vários problemas que existem no Brasil, eu vou citar aquilo que mais me preocupa, que é a violência”(GD4)</p>
<i>Prostituição/Abuso de menores</i>	<p>“O tempo ocioso dos jovens, né?, principalmente no bairro onde eu moro, o Guamá, eu percebo que tem muitos jovens que, por não terem o que fazer, acabam assaltando, se prostituindo, então a minha preocupação no momento a maior é essa”(GD1)</p>
<i>Pobreza/Miséria</i>	<p>“Minha maior preocupação é a pobreza que você se encontra ”(GD1)</p>
<i>Fome</i>	<p>“A minha maior preocupação é a fome, as drogas na adolescência e a desigualdade social em geral ”(GD1)</p>
<i>Pichação</i>	<p>“Pichação, que no caso é, fica mal com a vista da gente que agente passa por aí, né?, as escolas estão pintadas aí o pessoal vai e picha e isso é maior preocupação hoje no Brasil”(GD1)</p>
<i>Emprego/Trabalho/Falta de oportunidade</i>	<p>“A minha maior preocupação no Brasil é o desemprego, principalmente para nós, jovens, que toda vez que nós vamos procurar, eles sempre querem uma experiência e como é que a gente pode ter experiência, se agora que nós estamos saindo do Ensino Médio?” (GD1)</p> <p>“Também é a falta de oportunidades para os jovens” (GD5)</p>
<i>Educação</i>	<p>“É a educação a falta de conhecimento” (GD1)</p> <p>“É a educação, sem dúvida” (GD4)</p>
<i>Tempo ocioso dos(as) jovens</i>	<p>“O tempo ocioso dos jovens, né?, principalmente no bairro onde eu moro, o Guamá, eu percebo que tem muitos jovens que, por não terem o que fazer, acabam assaltando, se prostituindo, então a minha preocupação no momento a maior é essa” (GD1)</p>
<i>Política</i>	<p>“Minha maior preocupação é a política, que eles só pensam em si mesmo, esquecem do povo” (<i>todos aplaudem o Jorge</i>). (GD1)</p> <p>“O que mais me preocupa com toda sinceridade é a política” (GD4)</p>
<i>Desigualdade social</i>	<p>“É a desigualdade social com certeza” (GD4)</p>
<i>Sociedade em geral/Brasil</i>	<p>“O que mais me preocupa no Brasil é ele mesmo” (GD4)</p> <p>“Me preocupo muito com a sociedade no Brasil” (GD4)</p> <p>“O que me preocupa é tudo: desemprego, segurança” (GD5)</p>

ANEXO 3:

3º Instrumento de Análise: Tabela 3 – Semelhanças e Diferenças (Roteiro Quali, 2ª parte, 2º ponto)

Semelhanças – manhã

1. 1ª Semelhança: professores(as) mais qualificados – 3/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Melhor qualificação para os professores”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	Não apareceu
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>“Investimento nas universidades e escolas públicas e qualificação de professores”</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>“O professor não tem que ficar preso na matéria – uma educação bancária, onde o professor só deposita”</i> <i>“Melhoria da capacitação profissional dos professores (pesquisa e extensão)”</i>

2. 2ª Semelhança: qualidade da escola pública – 2/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>Não apareceu</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	<i>Não apareceu</i>
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>Investimento nas universidades e escolas públicas e qualificação de professores;</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>“O professor não tem que ficar preso na matéria – uma educação bancária, onde o professor só deposita”</i> <i>“A gente não concorda com a forma de ensinar, passa sete anos e não aprende o que lá fora se aprende em dois”</i> <i>“Ser professor não é fácil, as condições são precárias, não tem salário digno e a escola pública não tem estrutura”</i> <i>“A escola pública não prepara para o vestibular”</i>

2. 3ª Semelhança: acesso à cursos públicos – 1/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Acesso a cursos (universidade) públicos: pedagogia, magistério, informática”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	Não apareceu
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	Não apareceu
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	Não apareceu

2. 4ª Semelhança: Qualificação profissional – 2/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>Cursos profissionalizantes</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	<i>Não aparece</i>
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>Não aparece</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>“Vinculação ou parceria da escola com a empresa – convênios para formação profissional”</i> <i>“Investimento das empresas na formação e qualificação dos funcionários pra ele poder crescer dentro da empresa”</i> <i>“Falta de projeto para qualificar o trabalhador”</i>

2. 5ª Semelhança: Oportunidade de trabalho/emprego – 4/4

<p>1º Grupo de Diálogo: experiência participativa (19/03/05)</p>	<p><i>“Mais oportunidade para o jovem no mercado de trabalho”</i></p>
<p>2º Grupo de Diálogo: 15-17 (16/04/05)</p>	<p><i>“Todo mundo quer arrumar emprego”</i></p> <p><i>“Todos os jovens querem uma oportunidade de trabalhar e estudar”</i></p> <p><i>“Os jovens deveriam estudar e se formar, mas alguns têm necessidade de trabalhar e para estes falta oportunidade”.</i></p> <p><i>“O preparo não garante o trabalho”</i></p> <p><i>“Nem todas as oportunidades valem à pena”</i></p>
<p>3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)</p>	<p><i>“Oportunidade do primeiro trabalho / emprego”</i></p>
<p>4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)</p>	<p><i>“Falta de política pública de primeiro emprego”</i></p> <p><i>“Falta de oportunidade”</i></p>

3. 6ª Semelhança: acesso à cultura e lazer – 4/4

<p>1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)</p>	<p><i>“Criação de mais espaços para o lazer”</i></p> <p><i>“Precisão de espaços e bibliotecas”</i></p> <p><i>“Criação de espaços públicos para a sociedade”</i></p>
<p>2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)</p>	<p><i>“Todo mundo quer ter cultura e lazer”</i></p>
<p>3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)</p>	<p><i>“Criação de quadras de esporte e praças”</i></p>
<p>4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)</p>	<p><i>“O lazer é o último item da lista, não sobra dinheiro”</i></p>

2. 7ª Semelhança: valorização da cultura regional: 2 /4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Valorizar a cultura paraense”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	Não aparece
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	Não apareceu
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>“Valorizar a cultura regional, que é rica”</i>

2. 8ª Semelhança: Compromisso dos governantes – 1/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Governantes precisam olhar mais para a sociedade”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	

2. 9ª Semelhança: Preocupação com o futuro – 1/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Procurar um modo melhor de viver, um futuro”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	Não aparece
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	Não aparece
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	Não aparece

2. 10ª Semelhança: Falta de segurança – 1/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>Não aparece</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	<i>“Todo mundo quer ter uma segurança”</i>
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>Não aparece</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>Não aparece</i>

2. 11ª Semelhança: Discriminação – 1/4

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Há muita discriminação por aparência, cor, idade e religião”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	<i>Não aparece</i>
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>Não aparece</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>Não aparece</i>

Semelhanças - tarde

1. 1ª Semelhança: Percepção da necessidade de participação/Descoberta do papel

1º Grupo de Diálogo experiência participativa (19/03/05)	<i>“Assumir que podemos e devemos fazer alguma coisa pra mudar a situação em que nos encontramos; encontrar alguma forma de se manifestar.”</i>
2º Grupo de Diálogo 15-17 (16/04/05)	<i>“Todos querem ajudar ou se envolver em algum grupo.”</i> <i>“Aprender a não usar inutilmente o voto.”</i> <i>“Saber como ajudar as outras pessoas, o próximo.”</i> <i>“Tomar a atitude de fazer as coisas.”</i>
3º Grupo de Diálogo 15-24 (23/04/05)	<i>“Criar grupos e organizações para expressar idéias e mostrar para os governos a forma como a gente quer as coisas: voluntários, grupo teatral, música, participação política.”</i> <i>“O importante é que os jovens se manifestem, que não sejam manipulados. Seja através de ONGs, partidos, ou com ações solidárias, grupos de teatro, música etc”.</i>
4º Grupo de Diálogo 18-24 (30/04/05)	<i>“Formação dos grupos culturais”</i> <i>“Formação dos movimentos para defender interesses comuns.”</i>

ANEXO 4. Comentários Finais

4º Instrumento de Análise: Tabela 4 – Comentários Finais (Roteiro Quali, 2ª parte, 5º ponto)

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo (GD2) 15-17 (16/04/05)	Grupo de Diálogo (GD4) 18-24 (30/04/05)	1º Grupo de Diálogo (GD3) 15-24 (23/04/05)	2º Grupo de Diálogo 15-24 (não houve)	G. Diálogo experiência participativa (GD1) (19/03/05)
<i>Dar atenção aos(às) jovens/Ouvir suas opiniões</i>	3	2	6		1
<i>Que os(as) governantes tenham mais responsabilidade, dignidade, honestidade</i>	3	7	6		4
<i>Atenção aos problemas dos bairros/ruas</i>	1				
<i>Atenção com a segurança/Violência</i>	3		3		1
<i>Luz para os(as) governantes</i>	1				
<i>Elogio aos(às) governantes</i>	2				
<i>Investimento em educação</i>	5	6	5		3
<i>Atenção ao povo</i>	4	8	9		8
<i>Investimento em saúde</i>	1				
<i>Questionamento sobre direitos dos(as) jovens</i>	1				
<i>Investimento na democracia</i>	1	2			
<i>Não tinha mensagem</i>	1				
<i>Fome</i>	1				2
<i>Desigualdade social</i>					1
<i>Desemprego</i>			2		1
<i>Saneamento</i>					1
<i>Trabalho infantil</i>		1			
<i>Incentivo à organização/Lutar pelo país</i>	1	2			
<i>Que os(as) políticos aprendam a trabalhar em conjunto</i>					2

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 15 a 17 anos (16/04/05)
Atenção ao povo	<p>“O que eu queria dizer, falar pro Lula, que é pra ele investir mais nos pobres, nos estudos, na democracia”. (<i>masculino, GD3, plenária</i>)</p> <p>“Quería deixar a mensagem pro Lula, pro Luís Inácio Lula da Silva, que tem que olhar pra todos, que todos têm o mesmo valor, vem fácil e vai fácil, essa é a lei da natureza” (<i>masculino, GD3, plenária</i>)</p>
Questionamento sobre direitos dos(as) jovens	<p>“Quarta-feira eu fui assaltada, aí levaram o meu celular, eu fui lá na delegacia, aí o homem falou que eu não podia fazer a ocorrência porque eu tinha só 16 anos, aí eu queria saber assim, por que eles dão direito pra gente... Eles dão direito de voto pra 16 anos e a gente não tem direito de fazer nenhuma ocorrência, nada assim, aí eu queria falar só isso” (<i>feminino, GD3, plenária</i>)</p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo c/ experiência participativa (19/03/05)
TEMAS/QUESTÕES	Exemplos de falas dos (as) jovens que abordam esse tema/questão
Dar atenção aos(às) jovens	<p>“A mensagem eu gostaria de deixar para as pessoas que tomam decisões no país, é que elas venham atentar pras opiniões que nós, que serão dadas. E que, com certeza, cada um de nós sabemos a necessidade que nós precisamos, que nós temos. E que eles venham atentar, principalmente, para as pessoas de baixa renda, que não têm acesso à educação, ao lazer a cultura e ao trabalho” (<i>feminino, GD1, plenária</i>)</p>
Que os(as) políticos(as) tenham honestidade, responsabilidade, dignidade	<p>“É que os políticos trabalhem com dignidade. Porque, se eles trabalharem com dignidade, com certeza, irá ajudar bastante o país” (<i>feminino, GD1, plenária</i>)</p> <p>“Que esses políticos corruptos, que eu acho que de dez, onze são corruptos, é, mais é, isso é a verdade. E que depois que eles se reelegem, eles esquecem que o povo brasileiro existe, e que nós temos muitas dificuldades para nós sobrevivermos.” (<i>masculino, GD1, plenária</i>)</p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo c/ experiência participativa (19/03/05)
Atenção ao povo	<p>“É que eles venham atentar principalmente para as pessoas de baixa renda que não têm acesso à educação, ao lazer e ao trabalho” <i>(feminino, GD1, plenária)</i></p> <p>“Apenas que eles ouvissem um pouco a sociedade, porque a sociedade, ela tem voz.” <i>(masculino, GD1, plenária)</i></p> <p>“E a mensagem que eu tenho a deixar, é que o nosso governo, ele tem que ter, sabe, muita consciência de que o povo não é cachorro, não é nenhum bicho, e respeitar e cuidar do seu povo” <i>(masculino, GD1, plenária)</i></p> <p>“E a mensagem que eu queria deixar pro, pras pessoas que tomam decisões nesse país, é que assim como nós chegamos a um consenso, a uma unificação, que eles se unissem com a sociedade, com as ONGs, que eles dessem apoio, que eles lessem os papéis que as pessoas mandam pra lá e não deixar como, eu já peguei um chá de cadeira. Começassem a prestar a atenção nessas pessoas, que talvez, quem sabe, como aqui a gente conseguiu resolver, quem sabe lá eles não consigam resolver alguma coisa”. <i>(feminino, GD1, plenária)</i></p> <p>“E a mensagem que eu mando, é que, as pessoas que tomam conta do país, né, os políticos, que pra eles tarem lá no bem bom, eles precisam da gente, pra tá usufruindo do bom e do melhor. Então, eles deviam olhar um pouquinho pra gente, porque a gente sofre aqui. Ferra com eles” <i>(masculino, GD1, plenária)</i></p> <p>“A mensagem que eu deixo, assim, é que os governantes nunca esqueçam da gente aqui, pra eles estarem lá é pelos nossos métodos aqui, entendeu? E eles não estão lá sós” <i>(masculino, GD1, plenária)</i></p> <p>“É que as pessoas que tomam as decisões no país, né, que elas possam aprender a trabalhar em conjunto, com aquelas pessoas que estão dispostas a melhorar o país, que assim, a gente vai conseguir com certeza” <i>(feminino, GD1, plenária)</i></p>
Fome	<p>“Que os governantes, eles mais olhassem pela fome. Que essa ‘Bolsa Escola’ ainda não dar pra matar a fome ainda de todo mundo, principalmente das pessoas mais carentes” <i>(feminino, GD1, plenária)</i></p> <p>“É que eles olhassem mais pelas crianças, que tão passando dificuldades, fome” <i>(feminino, GD1, plenária)</i></p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 15 a 24 anos (23/04/05)
TEMAS/QUESTÕES	Exemplos de falas dos(as) jovens que abordam esse tema/questão
Dar atenção aos(às) jovens	<p>“E a mensagem que eu gostaria de deixar, assim, pra essas pessoas que tomam decisão no país é que eles levassem mais a sério, as pessoas que ajudam a eleger e colocar eles no lugar, que eles tomassem decisões que realmente viessem a ajudar a cada um de nós, tanto a juventude como os adultos, enfim a todos, ok!” (<i>masculino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“o que aconteceu de mais importante aqui foi a discussão e saber ouvir a opinião dos outros e independente do governo nós temos direitos e opiniões e isso deve ser respeitado e levado a sério pelas pessoas que tomam decisões nesse país” (<i>masculino, GD4, plenária</i>)</p>
Que os(as) políticos tenham honestidade, responsabilidade, dignidade	<p>“É que os políticos pensem mais antes de tomar uma decisão” (<i>masculino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“Que eles revejam suas decisões e tentem tomar decisões mais corretas e mais justas” (<i>feminino, GD4, plenária</i>)</p>
Emprego	<p>“Que eles dessem mais empregos para os jovens” (<i>feminino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“A mensagem que eu deixo para os governantes abram mais as portas de trabalho para os jovens” (<i>masculino, GD4, plenária</i>)</p>
Atenção ao povo	<p>“É bom eles zelarem mais pelo povo, porque é o povo que elege eles” (<i>masculino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“A mensagem que eu gostaria de deixar e que os governantes tenham um pouco mais de sensibilidade e tomem decisões que venham a favorecer os mais necessitados” (<i>feminino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“Que as pessoas que tomam decisões deixassem de ser egoístas e pensassem nas pessoas que necessitam” (<i>feminino, GD4, plenária</i>)</p> <p>“Que elas sejam mais humildes com a gente, pensar um pouco na opinião do povo e não pensar apenas no que é bom, que vai ser a serviço deles, e sim pensar na opinião, na democracia de cada um de nós” (<i>feminino, GD4 plenária</i>)</p> <p>“É que os homens corruptos dêem mais importância ao mundo e às pessoas carentes” (<i>feminino, GD4, plenária</i>)</p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 15 a 24 anos (23/04/05)
Atenção com a segurança/Violência	<p>“É que olhem, que invista mais na nossa segurança porque eu quero deixar um recado aqui que aconteceu por essa falta de segurança que tem no nosso Brasil, eu perdi o meu pai por causa disso, então eu quero mesmo que os governantes olhem por isso, entendeu? Porque hoje em dia a gente vive na nossa casa tudo trancado por causa dessa violência que tem no nosso Brasil, eu queria muito que os nossos governantes olhassem por isso. Obrigada!” <i>(feminino, GD4, plenária)</i></p> <p>“Que eles parem de se preocupar com os países dos outros e se preocupem mais aqui dentro e que a missão de paz que eles estão enviando pra fora, que eles comecem aqui, porque a insegurança tá imperando aqui e lá fora eles’ tão preocupados e aqui eles ‘tão... deixa pra lá, não vou nem falar” <i>(masculino, GD4, plenária)</i></p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 18 a 24 anos (30/04/05)
TEMAS/QUESTÕES	Exemplos de falas dos (as) jovens que abordam esse tema/questão
Dar atenção aos(às) jovens	“E que os donos do poder acreditem mais no jovem e que invista mais neles, porque acho que nós somos o futuro da nação” <i>(feminino, GD5, plenária)</i>
Que os(as) políticos(as) tenham honestidade, responsabilidade, dignidade	<p>“Minha mensagem é que eles deixem de roubar os outros” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p> <p>“Que os nossos líderes tenham uma higiene política e que os jovens se permitam mais em busca de seus ideais” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p>
Investimento em educação	<p>“A mensagem é que eles invistam mais em educação porque ela é base da cidadania, com certeza” <i>(feminino, GD5, plenária)</i></p> <p>“A mensagem que eu gostaria de deixar é que o Brasil só vai se tornar um país realmente desenvolvido se se investir em políticas públicas direcionadas à educação” <i>(feminino, GD5, plenária)</i></p> <p>“É que os governantes possam pensar no que está acontecendo com a educação no Brasil, porque é o pilar de tudo, é o começo de tudo” <i>(feminino, GD5, plenária)</i></p> <p>“Que construam mais universidades” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p>

Comentários Finais (temas/questões)	Grupo de Diálogo 18 a 24 anos (30/04/05)
Atenção ao povo	<p>“A mensagem é que, quando eles tiverem lá, eles poderiam olhar mais um pouco, não para os de classe alta, mas para os pobres, miseráveis, que não têm o que comer. Eu espero que, quando eles estiverem almoçando, fazendo alguma festa, que eles possam lembrar o que é que o miserável lá poderia estar fazendo uma hora dessas, um pedacinho, um pouco do muito que eles têm, podiam dar um pouquinho pra eles. Então era isso que eu queria deixar aqui” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p> <p>“É que eles olhem mais pros mais carentes, que não olhassem tanto pros de classe alta, porque eles trabalham e têm o que conseguir, mas que olhem pro assalariado” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p> <p>“Que eles realmente deveriam parar e repensar que o mundo ele não gira em torno deles, que além deles existe uma sociedade, onde ela clama por ajuda, que anda passando fome, anda passando necessidade, eles deveriam parar e olhar tudo isso que tem acontecido no nosso país” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p>
Investimento na democracia	<p>“E a mensagem que eu gostaria de deixar é pros políticos é que eles deviam ouvir mais a população, os eleitores no caso, deixar os eleitores participar mais, assim de plenárias e dar uma atenção maior aos eleitores” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p> <p>“A mensagem que eu gostaria de dizer é que o governo poderia participar mais com a comunidade e saber realmente do que se trata o dia a dia de cada um de nós” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p> <p>“Lembrar que quem toma as decisões somos nós, que político só representa, só lidera, quem governa somos nós, essa é a mensagem que eu queria deixar” <i>(masculino, GD5, plenária)</i></p>
Incentivo à organização/Lutar pelo país	<p>“É que todo mundo continuasse lutando pelo nosso país.</p> <p>“E a minha mensagem era assim, para que nós, jovens não deixássemos ser alienados por ninguém, nem políticos, nem pessoas, que nós mesmos possamos fazer a nossa própria opinião, nosso modo de agir, de pensar e agir da maneira que a gente acha que vai ser bacana pra gente e pra comunidade” <i>(feminino, GD5, plenária)</i></p>

Rede parceira: Ação Educativa, Centro de Referência Integral de Adolescentes, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Universidade Popular, Iser Assessoria, Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, Observatório Jovem do Rio de Janeiro da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenação

iBetinho
iBase



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Apoio

10th Anniversary **CPRN** 2005 **RCRPP**
Fresh Ideas for Canada's Future

IDRC  **CRDI**